

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

EVERTON CASSIMIRO APOLINARIO

DOS PORÕES DA BARRA FUNDA AO PARQUE PERUCHE [1920-1950]: espacialidades
negras frente à fragmentação da vida na metrópole

São Paulo
2021

EVERTON CASSIMIRO APOLINARIO

DOS PORÕES DA BARRA FUNDA AO PARQUE PERUCHE [1920-1950]: espacialidades
negras frente à fragmentação da vida na metrópole

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao
Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo (USP), como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana
Orientador(a): Prof^a Dr^a Amélia Luisa Damiani

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Amélia Luisa Damiani (orientadora)
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Amir El Hakim de Paula
Universidade Estadual Paulista – Ourinhos

Prof^a Dr^a Simone Scifoni
Universidade de São Paulo

São Paulo
2021

Dedico este trabalho a cada cidadão negro desta cidade, muitas vezes perdido, mas sempre resiliente e aquilombado! Dedico também à minha mãe Osana, meu pai Adiel, minha irmã Ingrid e minha avó Maria Dila!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Osana (conhecida como Nita), por tudo aquilo que sou hoje! Absolutamente tudo!

Agradeço ao meu pai, Adiel, por todo incentivo e por segurar a barra nos momentos mais difíceis!

À Ingrid, minha irmã, por todo companheirismo! Sou grato por tudo, saiba disso!

À todos da família Cassimiro (tios, tias, primos e primas), em especial à minha avó, exemplo vivo de ancestralidade, que muito me ajudou ao longo da Graduação, me dando suporte e sendo o meu maior exemplo de resistência! Sempre que pensei em desistir, lembrei de sua trajetória, daí então, via que poderia continuar!

Agradeço também à Larissa Almeida, que conheci no final da Graduação, mas que se mostra uma grande companheira e importantíssima na construção deste trabalho! Obrigado pelos afetos trocados e por me aguentar nesses últimos dias de produção desta pesquisa.

Aos colegas que tive a oportunidade de conhecer ao longo do curso, entre eles o Diego, Devanir, Igor, Peppe e Pedro. Sou grato por cada momento, cada discussão sobre política e principalmente sobre futebol (no bandeirão). E principalmente ao Diego, obrigado pelo grande companheirismo, meu amigo!

À Amélia, grande professora e orientadora, que me conduziu desde o início do curso nas iniciações científicas e me possibilitou um olhar mais atento à minuciosidade e aos caminhos que a pesquisa me levaria. Obrigado também por me ouvir nos momentos mais difíceis do curso e dar incentivo para que não parasse de pesquisar.

Ao professor Amir El Hakim de Paula por ter me ajudado, nos anos de UNESP, a descobrir essa uma São Paulo tão negra! Inclusive aproveito para agradecer aos amigos que fiz no interior, Felipe (Barriga), Matheus (Tirolês) e Charles (Lacraia). Aos colegas de República, em especial

ao Mário Sérgio, um irmão! À Marina, que conheci no cursinho e continuei estudando junto até os dias mais atuais.

Aos colegas que tive o prazer de conviver durante o ano de estágio no CRFB (Centro de Referência do Futebol Brasileiro) do Museu do Futebol. Entre eles Aira, Ademir Takara (enciclopédia viva a respeito de futebol e afins), Dóris, Lígia Dona, Camila e Mônica.

Em especial, agradeço ao Marcus, grande amigo que fiz no Museu do Futebol! Meu muito obrigado por todo ensinamento trocado e pela parceria!

Ao NEPEN, Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Departamento de Geografia da USP, pelas leituras, pelo acolhimento, pelos debates, pelas trocas e por me fazer enxergar uma Geografia racializada! Sou grato à cada um: Amanda Moraes, Ana Lígia, Beatriz Pereira, Celso Oliveira, Erica Ferreira, Fabiana Luz, Felipe Ricardo, Geinne Monteiro, Guilherme Estevão, Isadora Simões, Jennifer Terriaga, Renato Ribeiro, Ricardo Oliveira, Tailane Machado, Tuwilé Jorge, entre outros que tive a oportunidade de conhecer ao longo desses últimos anos.

Agradeço ao Coletivo LudoGriô (Aline, Cid e Marcus), que no momento de frustração por não ter ido ao intercâmbio, em plena pandemia, me deu gás para continuar estudando e colocar em prática as descobertas da pesquisa.

Ao Kolombolo Diá Piratininga por me mostrar o quão grande e rico é o universo do Samba Paulista, por me proporcionar o privilégio de conhecer sambistas incríveis! Agradeço principalmente ao Renato Dias pelas conversas nas tardes de sexta-feira na aconchegante sede do Kolombolo.

RESUMO

APOLINARIO, Everton Cassimiro. **“DOS PORÕES DA BARRA FUNDA AO PARQUE PERUCHE [1920-1950]: espacialidades negras frente à fragmentação da vida na metrópole”** 75f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

Esta pesquisa tem como objetivo a observação das transformações urbanas ocorridas entre os anos de 1920 à 1950 na Barra Funda, tendo como referência a população negra que a habitou. Para tanto, utilizamos do apontamento das territorialidades e suas localizações no bairro, visto o esquecimento e o apagamento de tais práticas espaciais construídas por tais sujeitos ao longo daquele lugar, resultado do próprio processo de transformação pelo qual a cidade passou, configurando a formas e também os sentidos dos lugares. Desta forma, veremos também a importância dessas práticas enquanto exercício da apropriação do espaço e do modo de vivê-lo, contrastando com um processo de urbanização que o tornava extremamente funcional. Se observou, assim, o quanto o Estado criou condições para a realização das transformações, em prol de empresas privadas ligadas ao capital imobiliário e, em detrimento, dessa população extremamente marginalizada. Por fim, através de autores, trajetórias e territorialidades semelhantes, indicou-se o sentido desta mobilidade na cidade entre os anos 1940 e 1960, que se seguiu na direção norte, no “além rio”, mais especificamente no Parque Peruche, na Casa Verde, onde a “vida de bairro” se fazia possível novamente. As territorialidades naquele bairro, com destaque para o futebol, as escolas de samba e a religiosidade, criadas em sua maioria no recorte histórico proposto, são evidências deste processo de reterritorialização.

Palavras-chave: Espaço, Sociabilidade, Urbanização, Bairro, Territorialidade, Reterritorialização

ABSTRACT

This research aims to observe the urban transformations that occurred between 1920 and 1950 in Barra Funda, having as reference the black population that inhabited it. To do so, we use the mapping of territorialities and their locations in the neighborhood, given the forgetfulness and erasure of such spatial practices built by such subjects throughout that place, the result of the transformation process that the city has undergone, configuring the forms and the senses of places. In this way, we will also see the importance of these practices as an exercise in the appropriation of space and the way of living it, contrasting with an urbanization process that made it extremely functional. Thus, it was observed how much the State created conditions to carry out the transformations, in favor of private companies linked to real estate capital and, to the detriment, of this extremely marginalized population. Finally, through similar authors, trajectories and territorialities, the direction of this mobility in the city between the 1940s and 1960s was indicated, which followed in the north direction, in the “beyond river”, more specifically in Parque Peruche, in Casa Verde, where “neighborhood life” was made possible again. The territorialities in that neighborhood, especially football, samba schools and religiosity, created mostly in the proposed historical outline, are evidence of this process of re-territorialization.

Keywords: Space, Sociability, Urbanization, Neighborhood, Territoriality, Reterritorialization

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Recorte jornalístico com anúncio de festividades na Igreja dos Remédios ----	24
Figura 2 - Primeira Escola de Samba de São Paulo, Lavapés -----	25
Figura 3 - Placa instalada na Praça 7 de Setembro -----	27
Figura 4 - Largo da Banana -----	37
Figura 5 - Barra Funda de cima e Campos Elíseos -----	45
Figura 6 - Alameda Glette -----	48
Figura 7 - Escudo da A.A. São Geraldo -----	50
Figura 8 - Recortes Jornalísticos de Sociabilidade no Clube do São Geraldo-----	51
Figura 9 - Recortes Jornalísticos de Sociabilidade no Clube do São Geraldo -----	51
Figura 10 - Recortes Jornalísticos de Sociabilidade no Clube do São Geraldo -----	51
Figura 11 - São Geraldo Campeão -----	52
Figura 12 - Fotografia do Pacaembú e áreas adjacentes -----	55
Figura 13 - Alviverde do Parque Peruche, 1962 -----	63

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Localização dos Territórios Negros no Município de São Paulo (1900-30) -----	20
MAPA 2: Principais Áreas de Territorialidade Negra no Bairro da Barra Funda -----	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	15
2. SÃO PAULO: CONTEXTO, DISCURSOS E PRODUÇÃO DA CIDADE	19
2.1 Largo do Rosário e o Centro Velho	21
2.2 Liberdade	23
2.3 Várzea-Glicério	28
2.4 Bixiga	30
2.5 Penha de França	33
3. BARRA FUNDA	36
3.1 O Largo da Banana	37
3.2 Entre a Barra Funda e os Campos Elíseos	40
3.3 São Geraldo	50
4. DESTERRITORIALIZAÇÃO: “Veio o Progresso, fez do bairro uma cidade” ----	54
4.1 O Complexo Poliesportivo do Pacaembú e a Cia. City	55
5. RETERRITORIALIZAÇÃO: “A zona norte têm raízes: samba, candomblé, gente africana”	61
5.1 Parque Peruche	61
5.2 O Rio e o Futebol	63
5.3 Entre o Profano e o Sagrado	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

“Olha, zona de negro em São Paulo era Liberdade, Bixiga, Barra Funda e um pedaço muito antigo que pouca gente lembra, aqui onde está hoje situado a Vila Madalena, Vila Ida, Vila Ipojuca. Ali já era bem distante. Mas essa região toda de Liberdade, Barra Funda, Bexiga era o centro mesmo. E a zona leste que por ser distante, a zona leste tem uma história negra muito interessante, tá me entendendo? Lá onde tem aquela igreja, uma das primeiras igrejas do Brasil que é a Nossa Senhora do Rosário fundada pelos negros no largo da Penha”

Geraldo Filme

É verdade que todo cidadão paulistano já ouviu falar dos grandes feitos da comunidade italiana na cidade, seja na construção de bairros, seja pela trajetória individual, por festas, tradições e outros elementos. Foi construída uma imagem de São Paulo como cidade imigrantista, sem espaço para índios e negros. Assim sendo, o que houve aqui, como diria a escritora Chimamanda Ngozi Adichie, foi a construção de uma história única e branca, que no máximo pode ser “asiática”, mas nunca negra. Desmistificando esse ideário, sem negar a presença imigrantista, mas observando outras presenças, apropriações, grafias e vivências, este trabalho é dedicado a analisar a apropriação da Barra Funda pela comunidade negra, observando suas práticas e compreender como as transformações urbanas e a territorialização do capital imobiliário irá os restringir.

É certo que na cidade existiam outros núcleos negros como a Liberdade, Bixiga, a Penha de França e o próprio Centro, mas a Barra Funda apresentava o percentual populacional de negros mais elevado. De acordo com a professora Raquel Rolnik “a demografia paulistana em 1893 demonstra, esse era o distrito que concentrava a maior porcentagem de negros e mulatos – 14 %”. (ROLNIK, 1997, p. 77)

Como será visto, essa população se apropriou de maneira marcante dos territórios nos quais esteve presente, fazendo da rua um lugar imprescindível para suas vivências. Desta maneira, se mostra inaceitável que, ainda nos dias mais atuais, tenhamos de ler livros sobre São Paulo que simplesmente passam por cima dessas ocupações (espaciais e, portanto, históricas). Se mostra inaceitável, também, que a produção científica dentro de universidades renomadas e com

prestígio continuem a propagar o apagamento, como fez o grande professor Francisco Capuano Scarlatto, que ao estudar o Bixiga em seu doutorado, o fez sem pontuar (em nenhuma linha!) a presença negra naquele bairro.

A Geografia que se procurou fazer neste trabalho buscou recuperar a corporeidade de sujeitos negros na cidade, observando ao mesmo tempo, as problemáticas de uma produção de cidade que, de diversas formas, foi cerceando os espaços de vivência e sociabilidade desses corpos, através de transformações urbanas que, além de destruir materialmente, mudaram também o sentido dos lugares, contribuindo para um apagamento simbólico. (CARLOS, 2001)

É importante lembrar que, dentro do período tratado neste trabalho, a cidade passaria por grandes modificações, trocando o valor de uso pelo valor de troca, característica da modernização/industrialização. Conforme a professora Odette Seabra (2004, p. 187) neste período em que a indústria começa a ditar o ritmo da vida cotidiana, a cidade entra em um “processo de acumulação de riquezas, lastreados por um ideário de progresso e de ordem pública que eram princípios de civilidade”, baseadas em padrões europeus de cidade (e também de corpos).

Nesse contexto que a cidade se encontra, havia de um lado uma elite com pensamentos eurocêntricos, padronizando e homogeneizando a cidade, projetando concretos e corpos (HARVEY, 2004), e do outro lado, os pobres e em especial os negros, que na contramão desse imaginário, se territorializam e transgrediam as normas estabelecidas pelo Estado, se apropriando das ruas, fazendo rodas de samba, realizando desfiles carnavalescos, jogando futebol e praticando suas religiosidades.

Os espaços de sociabilidade negra são vistos como uma grande forma de lutar contra uma lógica de destruição que se engendrava. Dessa forma, não é somente pela exclusão e destruição que esta pesquisa buscou abordar este assunto, mas também pela ótica da resistência (SILVA, 2019).

Essa disputa pela cidade foi intermediada pelo Estado que, por meio da violência restringiu as experiências dos negros ao longo do espaço, mas principalmente por ter servido aos interesses

das empresas privadas, ou seja, aos grupos imobiliários tal como a companhia City, criando condições e dando suporte para a territorialização de seus investimentos.

Essas ações, aliadas aos interesses elitistas da cidade, desabrigou uma gama de negros e pobres das áreas mais centrais, com o pretexto da higienização, homogeneizando bairros inteiros e segregando sócio-espacialmente a população marginalizada. Neste sentido, mais do que a destruição material, trata-se também de um aniquilamento de uma narrativa que não condizia com o progresso tão idealizado pela “burguesia caipira” que aqui se instalou.

Como sabemos:

“O espaço urbano tende a se constituir numa mercadoria potente o suficiente para impulsionar o capitalismo em mais de um sentido: aqui, especialmente aparece, em termos econômicos; há uma mobilidade espacial imanente ao processo do capital, ele tende a extensivo, absorvendo, sempre, novas áreas de valorização econômica, o que implica necessariamente, em substituir seus usos anteriores.” (DAMIANI, 2016, p. 7)

Desta maneira, essa extensão tenderá sempre a ocasionar processos de desterritorialização. Esse processo é sempre acompanhado da reterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, Apud HAESBAERT, 2002). Assim sendo, indicaremos um caminho possível dessa reterritorialização, que de acordo com os interlocutores, se moveu à caminho da zona norte da cidade, em bairros como Casa Verde e Freguesia do Ó e o grande número de entidades ligadas à comunidade negra originados entre os anos 40/50 nesses bairros serviram como evidência.

Estes bairros, localizados para além do rio, significaram a possibilidade de reapropriação do espaço, de produzi-lo e vivenciá-lo na contramão da homogeneização, podendo realizar suas festividades, seus jogos de futebol, sua religiosidade e outras tantas ações que, ao negar a lógica da monetarização, são parte da dimensão do espaço compartilhado, vivido e apropriado.

Neste contexto, destacamos o Parque Peruche, primeiro por fins didáticos e de recorte espacial para a pesquisa, mas também porque como foi descoberto, é um dos bairros onde a reterritorialização foi mais marcante, fruto de uma política habitacional realizada pela Frente Negra Brasileira (MATHEUS, 2019). Deste modo, a fim de comprovar a mobilidade negra para aquele bairro, analisou-se organizações criadas por esses sujeitos, apontando semelhanças com aquelas do período de territorialidade na Barra Funda.

Ante o exposto, organizamos o TGI da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentou-se brevemente o arcabouço teórico-metodológico, onde discorremos sobre os conceitos de espaço, território, bairro e afins. No segundo capítulo houve uma imersão no contexto da cidade e uma exibição dos territórios negros no pós-abolição. No terceiro capítulo, faremos uma contextualização espacial da Barra Funda, aprofundado o debate em torno das espacialidades, dos espaços de sociabilidade e das territorialidades negras naquele bairro. Com isso, no quarto capítulo abordaremos os processos que levaram essa população a ser desterritorializada. Já no capítulo cinco, observamos o caminho percorrido por essa população dentro da cidade, com destaque para o Parque Peruche, na Casa Verde. Por fim, nas considerações finais, apontamos breves resultados da investigação e sua importância para ampliar o saber geográfico para a comunidade negra.

1. Referencial Teórico-Metodológico

As diretrizes que sustentaram esta pesquisa têm como base um pensamento geográfico “militante, que luta por uma sociedade mais justa” (MORAES, 2003, p.112). Portanto, rompe com uma Geografia tradicional que serve aos Estados e às grandes corporações (ALVAREZ, 1992). Aqui, se realizou uma pesquisa que “manifesta-se na postura de oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta, fazendo-se do conhecimento geográfico uma arma de combate à situação existente” (MORAES, 2003, p. 126).

Desta forma, no entender desta pesquisa, a Geografia enquanto ciência:

“passa a explicar o processo da produção espacial a partir da produção/reprodução da vida humana e nesse sentido, o homem de habitante passa a ser entendido como sujeito dessa produção. Nessa perspectiva a sociedade considerada como criadora de espaços é a sociedade tal como ela é, dividida em classes. Parte-se para uma geografia mais engajada, consciente dos problemas do homem, voltada para a realidade não só enquanto forma para sua explicação e/ou compreensão, mas de sua transformação. Isto porque a geografia vem se posicionando frente a realidade entendendo-a em suas múltiplas determinações; em sua multiplicidade de tensões, de confrontações, de lutas, tomando consciência das contradições inerentes ao processo de construção da realidade urbana. Isto é, privilegia-se o real em sua dimensão histórico-social.” (CARLOS, 2011, p.120)

Para tanto, utilizou-se a dialética sócio-espacial, fundamentada, principalmente, na obra de Henri Lefebvre, intelectual que pensou o espaço primeiramente enquanto produto social, que também contém relações sociais de reprodução (LEFEBVRE, 2000, p. 39 e 41). Desta maneira, o espaço, produto social, “não pode ser compreendido como passivo, vazio, produto a ser consumido até desaparecer” (RAMOS, 2001, p. 09), na realidade trata-se de um “produto-produtor” (LEFEBVRE, 1997). Desta maneira, não é puro resultado das dinâmicas sociais, “na verdade, ele envolve disputas, conflitos, lutas, diversos interesses” (RAMOS, 2001, p.10). Assim sendo, “é condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2015, p.24). Vale dizer que, “no sentido de permitir sua reprodução enquanto espécie como atividade que produz a vida em todas as suas dimensões - apresentar-se-ia como produção do espaço” (CARLOS, 2015, p. 33).

As contradições do processo entre produção social e apropriação privada, nos diz a professora Odette Carvalho de Lima Seabra, “são evidentes na materialidade do urbano” , onde a urbanização capitalista é “um processo de concentração (de homens, produtos e coisas) nas cidades, capaz de articular os sistemas hierarquizados das cidades, através de fluxos materiais e

imateriais, numa convergência que deu forma a metrópole” (SEABRA, 2004, p. 185). Denotam neste movimento:

“a empiricização do tempo (Milton Santos). E, também denotam, que há um processo de valorização do espaço, implícito nas relações sociais o qual, necessariamente, tem que se territorializar para permitir alguma apropriação. Assim sendo, a espacialidade específica do capitalismo, discutida e interrogada por volta das questões de segregação socioespacial (década de 1970), ganhou graus de complexidade, mas torna-se mais clara, se examinada a partir da vida cotidiana, porque o cotidiano não pode passar sem espaços e tempos apropriados (territórios do uso), sejam quais forem as separações ou, o grau de exclusão social que comporta. São os fundamentos desiguais desta sociedade que explicam a sua própria espacialidade”. (SEABRA, 2004, p. 183)

O sentido da urbanização capitalista que generalizou o modo de vida, aprofundou as separações no plano da vida social (SEABRA, 2004) e impôs aos que se apropriam do espaço, táticas e ações peculiares. No que tange o período histórico desta pesquisa (1920-1950), onde o processo de industrialização está se concretizando e a lógica da metropolização já se faz observada, o bairro ganha contornos importantíssimos.

“Unidade base da vida urbana” (GEORGE, 1983, p.76, Apud RAMOS, 2002, p.65), o bairro, caracterizado por SEABRA (2000, p.12) como um “fenômeno pré-moderno”, mas que através dos “impulsos da industrialização” tornou-se mais amplo e diverso, se trata também de um “espaço específico, que nasce com a industrialização, mas que permite uma determinada sociabilidade que podemos entender como associada ao sentimento de vizinhança, determinando outra forma predominante de espacialidade” (RAMOS, 2002, p.70).

Por outro lado, ao passo que a cidade se transforma em metrópole, “o fundamental é a luta por territórios” (SEABRA, 2004, p.185). Desta forma, é importante a compreensão deste conceito, visto que nesta pesquisa, utilizou-se da definição proposta por HAESBAERT (2007, p. 42). Segundo o autor, o território “é sempre, concomitantemente, apropriação (num sentido simbólico) e domínio (num enfoque concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado”. Assim sendo, “ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2004, p.1).

Desta maneira, o uso contrasta com a troca:

“pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (Lefebvre, 1986:411-412, Apud HAESBAERT, 2004, p.2).

É a partir do conceito de território que abordaremos outros, como territorialidade e territorialização: “a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto”, enquanto que “a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações mantenedoras do território que produzem ações próprias ou apropriadas” (FERNANDES, 2005, p. 29). Como sabemos também, são as ações cotidianas dos indivíduos ou do coletivo, dos agentes hegemônicos e contra-hegemônicos que constroem um espaço (Brunet, 2017). Essas ações ao longo do espaço, materiais ou simbólicas, formam a territorialidade. De acordo com Sack (1986, p. 05): “a territorialidade é uma expressão geográfica básica de poder social. É o meio pelo qual o espaço e sociedade estão inter-relacionados”. Ou seja, trata-se da interação entre espaço e sociedade, representando o poder social. Neste sentido, ao falar sobre poder e territorialidade, Haesbaert (2004, p. 89) nos diz que ela “é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma, nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais”

Desta maneira, se a produção do espaço é também produção social, tendo em vista também o caráter classista desta sociedade, é preciso se atentar também para sua dimensão racial:

Chamamos aqui a atenção para a dimensão espacial das relações raciais, em toda a sua complexidade. Sendo a “raça”, constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, ela tem vinculação direta com a geografia, visto que esta busca compreender dimensões espaciais das relações sociais. É neste sentido que defendemos aqui que as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço (SANTOS, 2012. p. 38).

Nesta cidade que buscava a modernidade e o progresso, o controle do corpo é fundamental. Dessa maneira, a produção do espaço também incorpora o controle do corpo (LEFEBVRE, 1991). HARVEY (2004, p. 138-9) também discorre que o modo de produção espaço-tempo tem vínculo inseparável da produção do corpo. Assim sendo, pensar o corpo negro nessa cidade em transformação é também pensar o seu controle, pensar o controle de seu movimento, readequá-lo (por meio da violência), uma vez que, não fazia parte do ideário de corpo que se desejava

Neste sentido, pensemos aqui a espacialidade/territorialidade negra como uma ferramenta de articulação dos próprios corpos nos territórios e no espaço, representando, além da resistência à lógica que se idealizava, um entrave necessário para a territorialização total do capital no tecido urbano, apropriando-se das ruas da cidade e fazendo delas o palco dos seus excedentes.

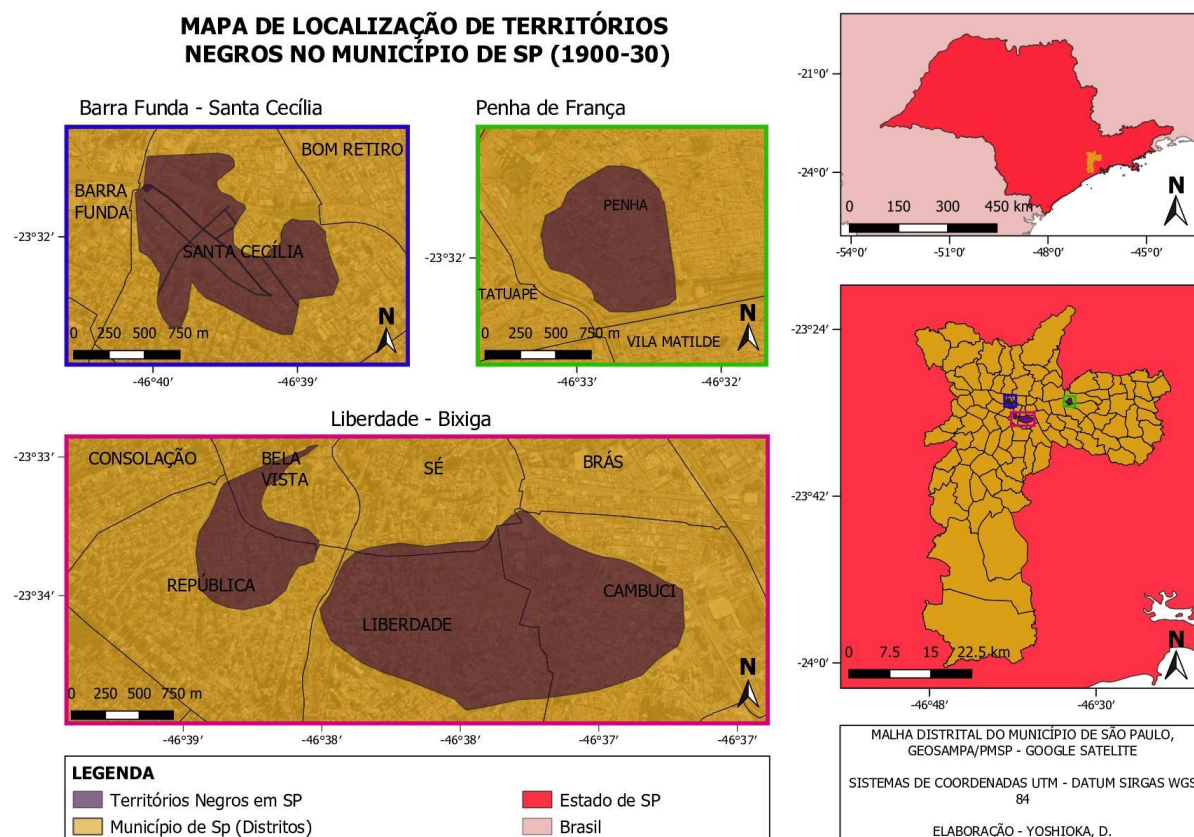
Dado o exposto, este trabalho buscará compreender como as transformações urbanas, a partir de processos econômicos de valorização imobiliária em sua incessante busca por novos espaços, dentro do processo de metropolização, que destruiu os espaços de sociabilidade negra no bairro da Barra Funda, criando novas formas e novas narrativas, apagando memórias e simbologias pertinentes àquele lugar.

Neste movimento, tentou observar a fragmentação da vida social e também a importância da segregação urbana enquanto homogeneizadora e removedora de pobres e negros das áreas mais centrais. Destaca-se aqui, a ação do Estado, que criou condições para a realização do capital imobiliário, valendo de seu poder legislador para realizar manobras em detrimento da população marginalizada. Assim sendo, tentou evidenciar as disputas pela cidade e o aniquilamento do conflito em espaços heterogêneos, observando, também, as territorialidades negras, vistas na ótica de experiências de resistência e organizações coletivas, em contraposição a uma cidade que se projetava cada vez mais em uma lógica individual. Por fim, houve a indicação do direcionamento desta mobilidade, com destaque para a zona norte, mais especificamente o Parque Peruche na casa verde, no qual se observou práticas de sociabilidade e territorialidades semelhantes às aquelas ocorridas na Barra Funda.

2. São Paulo: contexto, discursos e produção da cidade

Famosa por ser a cidade dos “imigrantes” ou até mesmo dos “italianos”, São Paulo, na virada do século XIX para o XX contou também com população negra, população essa que demonstrou sua espacialidade e territorialidade em um período em que a cidade se transformava em metrópole. Sabe-se que neste período, existiam diversos núcleos negros, sendo os principais: o Centro, a Liberdade, Bexiga, Penha e Barra Funda.

MAPA 1 - Localização dos Territórios Negros no Município de São Paulo (1900-30)



No entanto, com a transição do Império para a República, grandes transformações sociais, culturais, econômicas e urbanas vieram a ocorrer, com a finalidade de remodelar tudo aquilo que remetia ao atraso -antigo sistema- pela modernidade republicana. Conforme ROLNIK (1986, p. 44), este foi um “momento de transformações profundas na ordem social: passagem de um Estado Império escravocrata para a República do trabalho assalariado”.

Neste período há uma grande discussão na Assembleia Legislativa de São Paulo sobre a substituição do negro e a busca por um grupo “étnico ideal”. Isso fica claro quando observamos, em uma das sessões da ALSP, esse depoimento do deputado Bento de Paula Souza acerca da possibilidade de se trazer imigrantes norte-americanos:

[...] homens valentes, de energia, que sabem respeitar as autoridades, quando a autoridade é a lei, porque sabem se opor a ela, quando transgride seus deveres. Bastava somente esta qualidade para eu dizer: ‘São homens que nos convém, pois é preciso inocular em nossas veias sangue novo, porque o nosso já está aguçado. (ALPSP, 1869, p. 247-8 Apud. DE AZEVEDO, 1987, p. 144-5) (grifo meu)

O deputado e a maioria da Assembleia Legislativa comungavam da ideia do embranquecimento, evidenciando um racismo institucionalizado, que visava combater o aumento da população de pele escura. Com isto, no mesmo período, chega à cidade de São Paulo uma grande leva de imigrantes, com o intuito de substituir a mão-de-obra outrora escravizada e branquear a população. Dos Santos faz uma análise sobre este período de transformações, apontando que:

[...] de um lado, a parcela da população nacional inferiorizada e desqualificada em termos culturais, sociais, étnicos e vinculada aos homens e à barbárie de aspectos de um passado que muitos procuravam rejeitar – como a escravidão – e, de outro, os imigrantes europeus supostamente ‘qualificados’ por serem relacionados ao modelo de civilização e desenvolvimento que se deseja seguir. (DOS SANTOS, 2008, p. 41)

Vale ressaltar que, neste período, muitas das oportunidades de trabalho vinham das fábricas. MORSE (1970) comenta que cerca de 75% a 85 % do corpo operário era composto por imigrantes. A burguesia industrial acreditava que eles estavam mais acostumados com esta lógica fabril. No entanto, José de Souza Martins nos mostra o contrário:

[...] na passagem do século, quando a indústria começou a crescer significativamente, muitos daqueles imigrantes ou seus filhos e filhas mudaram-se para as cidades onde a indústria tornava-se importante, para juntar-se aos imigrantes que vieram diretamente do exterior para trabalhar nas fábricas. Mas, a sua principal experiência de vida era rural, basicamente camponesa, e de modo algum era caracteristicamente capitalista. (MARTINS, 2004, p. 118)

Neste sentido, é preciso entender o contexto da cidade, antecedente ao processo intenso da industrialização:

“A população crescia vertiginosamente, formavam-se os cortiços do Bexiga, do Bom Retiro e começavam a aparecer na configuração da cidade os bairros de classe alta. Ao

mesmo tempo incipientes atividades industriais iam-se estabelecendo ao longo das ferrovias e se formavam também os bairros operários. Depois formar-se-iam as vilas e os bairros operários. Em suma iam sendo criadas as condições para a estruturação de diferentes mercados: o de trabalho, o de produtos e principalmente o mercado fundiário. Assim iam se entrecruzando na vida cidadina e realizando-se no espaço da cidade muitos e diversos interesses. Com eles iriam aparecendo sujeitos sociais e práticas que só a industrialização poderia desencadear”. (SEABRA, 2001, p.1)

Dessa maneira, Corrêa nos traz os grupos formadores dessa cidade que tende a privilegiar os grupos hegemônicos através das “políticas de renovações urbanas”, muito semelhantes às que ocorreram no período estudado:

[...] através da política conjugada de renovação urbana – abertura de modernas vias de tráfego – o Estado capitalista viabiliza simultaneamente vários interesses. De um lado, visa expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade, redireciona a segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário que tem oportunidade de realizar bons negócios em áreas onde o preço da terra é, pela proximidade do centro, bastante elevado: é a renovação urbana. Mas viabiliza também a ampliação do capital de empreiteiras e cria condições de uma circulação mais eficiente. (CORRÊA, 1995, p. 28)

No plano urbanístico as mudanças irão se basear no modelo francês de planejamento, tendo na gestão de Antônio Prado (1899-1910) o auge das reconfigurações. Os ditos “trabalhos de melhoramentos da capital” desalojaram uma grande camada populacional negra que se localizava no centro velho.

2.1 Largo do Rosário e o Centro Velho

O Largo do Rosário onde se localizava a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos seja, talvez, o maior exemplo de reurbanização ocorrido neste período. A igreja se localizava muito próxima ao triângulo central (rua Direita, São Bento e XV de Novembro), na atual praça Antônio Prado, ambiente em que se encontravam grandes estabelecimentos frequentados pela elite paulistana. Por ser uma igreja preservadora de tradições afro-brasileiras, suas comemorações se davam também ao som de “congadas”, “batucadas”, “sambas” e “rodas de jongo”.

Sobre a rua Direita e a São Bento, DOS SANTOS (2008) comenta que por um lado estava “o lugar das luxuosas casas financeiras, relojoarias, confeitarias e cafés da Imperatriz, frequentadas pelas camadas endinheiradas da população”, enquanto que, por outro, “o Largo da Igreja e o

comércio”, popular, frequentado pelos “homens pretos”. Visto isso, é provável os corpos negros que se territorializou naquele espaço provavelmente incomodou profundamente os frequentadores dos caríssimos estabelecimentos do triângulo central.

Neste contexto, após alguns anos de negociação, a igreja foi transferida em 1903 do Largo do Rosário para o Largo do Paissandu, deixando uma possível percepção da força do discurso de grupos hegemônicos, que através de políticas de “melhoramentos urbanos”, ocultam o seu verdadeiro ideal de gentrificação.

Artigo 1º:

Fica aprovado o ato da Prefeitura, em virtude do qual entrou em acordo com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, desta Capital, para o fim de adquirir para a Câmara o edifício da sua igreja e as outras dependências mencionadas no dito acordo, mediante a indenização por parte da mesma Câmara da quantia de duzentos e cinquenta contos de réis (250.000\$000) e uma pequena área de terreno no Largo do Paissandú, exclusivamente destinada à construção por aquela Irmandade de uma nova igreja” (LEIS E ACTOS do Município de São Paulo, Lei nº 698, 24 de dezembro de 1903. Apud HORI, 1981, p. 57) (meu grifo)

O trecho do Artigo que oficializa o processo de compra do terreno da igreja e nos fornece informações que vão além dos domínios do espaço de religiosidade: ele nos mostra que outras dependências da igreja que se localizavam ao seu redor, também foram compradas. De acordo com Ieda Marques Brito Hori (1981, p. 58) com esta ação se concretizou o “afastamento daquele grupo da área que adquirira maior importância para a cidade, e sobretudo, interferiu-se na esfera de decisão dos integrantes da Irmandade, quanto ao uso de suas propriedades, umas alugadas, outras cedidas a famílias negras”. Ou seja, afastamento de famílias negras moradoras do centro da cidade. Sobre o afastamento dos negros do centro, a Geógrafa Amanda Moraes nos diz:

"A desapropriação das casinhas e do cemitério do Rosário (1872) ocorrem neste cenário, cabendo ressaltar que o projeto e modelo de cidade que corroborava aos ideais da burguesia em formação e crescente especulação imobiliária da área central da cidade, sobretudo no que se refere Rua Quinze de Novembro (antiga rua do Rosário)". (MORAES, 2017, p. 37)

É importante ressaltar que, para não haver vestígios do outrora Largo do Rosário, atribuiu-se o nome Praça Antônio Prado. Conforme DOS SANTOS (2008, p. 75), o que não apresentasse

características europeias, “confundidas com a modernidade, não teria por que permanecer naqueles espaços mais centrais. Representava, aliás, um obstáculo e por isso deveria ser removido”. Ou seja, há aqui também, uma tentativa simbólica da transformação que busca a dominação do espaço através da nomenclatura

MORAES em seu trabalho sobre a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos traz apontamentos importantes acerca toponímia:

[...] o apagamento deste suporte material, a igreja, além de ser uma tentativa de remover as manifestações ali realizadas, se coloca como uma tentativa de apagar da memória urbana a presença destes sujeitos contra hegemônicos (...) A alteração toponímia (nome dos lugares) deste lugar que de Largo do Rosário passa a se chamar Antônio Prado pode ser entendida como uma destas tentativas, a toponímia nos possibilita acessar um passado remoto dando a dimensão de atividades realizadas, pessoas e momentos no passado. (MORAES, 2017, p. 39)

2.2 Liberdade

*Estou enterrado na rua da Glória
Lembre de mim se passar por aqui
Sou fato oculto da sua história
Mas veja ainda estou aqui
Mas veja ...*

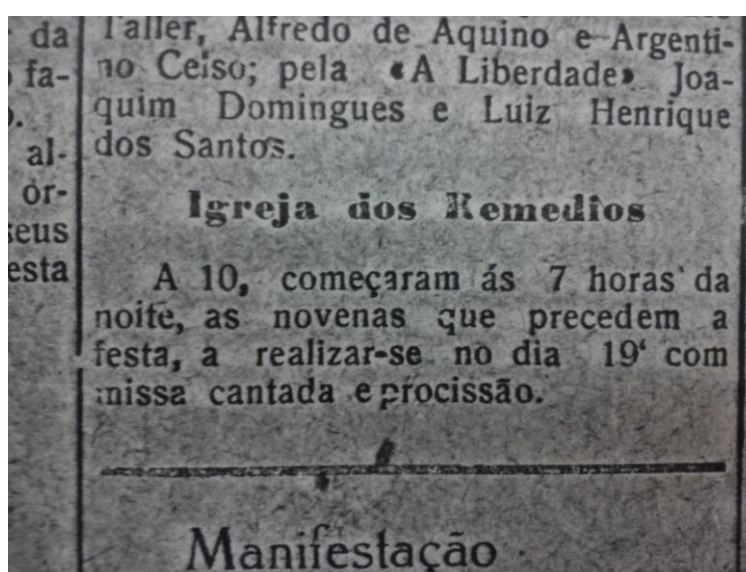
Aloysio Letra

Outro importantíssimo território negro no pós-abolição foi a Liberdade. O antigo Morro da Força, atual Liberdade, carrega consigo a dualidade de ter sido um espaço de tortura, mas também locus de emancipação. Essa dualidade, grifada ao longo das ruas, dos largos, das organizações e afins, são características de um bairro que abrigou o açoite e a emancipação. De acordo com HORI (1981, p.18), essa região contou com “um dos piores suplicadores de escravos da cidade, o “Quebra-Bunda”, como redutos de atividades abolicionistas com sítios mantidos por Antônio Bento e igrejas dando guarida a negros fugidos”.

No que tange ao açoite, os espaços estão situados historicamente no século XVIII e XIX. Entre os locais de violência, pode-se elencar o “Morro da Força” e o “Pelourinho”. O Pelourinho se localizou onde hoje é a Praça 7 de Setembro (próximo ao Fórum João Mendes, antigo Largo de

São Gonçalo), ao lado de uma antiga cadeia. Esses espaços, conforme SEVECENKO (2004, p. 19-21), eram “símbolo do poder municipal, onde os escravos eram açoitados aos olhos do público”. Na contramão do açoite, destacam-se a Igreja dos Remédios e a casa do Dr. Antonio Bento, importantes espaços de resistência e refúgio para os escravizados. No mais, não se pode deixar de falar das sociabilidades dos grupos abolicionistas, que no pós-abolição, fizeram do 13 de Maio um dia de importantes carreatas e batuques nas ruas da região da Liberdade. (SILVA, 2018)

Figura 1 - Recorte jornalístico com anúncio de festividades na Igreja dos Remédios



Fonte: Jornal A Liberdade, São Paulo, data desconhecida

Como nos disse a professora Raquel Rolnik, com o advento da República, houve um grande processo de transformação da cidade. Essas transformações irão ocultar memórias, territorialidades, vivências e trajetórias indesejadas. Os traços territoriais/materiais da escravidão serão apagados e os espaços de memória do açoite irão dar lugar aos espaços republicanos.

No pós-abolição o bairro continuou a abrigar importantes organizações políticas, culturais e esportivas da cidade. Entre elas podemos citar: o Centro Cívico Palmares, os Jornais da Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira, a Escola de Samba Lavapés e o Clube Atlético Brasil. Espaços construídos coletivamente, para o usufruto da comunidade.

Em algumas dessas organizações, o desenvolvimento das práticas ocorria nas ruas. É o caso da primeira Escola de Samba da cidade: a Lavapés. Fundada pela madrinha Eunice no ano de 1936, representou um lugar de protagonismo da mulher negra e foi (e ainda é) responsável pela subversão da vida funcional no bairro, realizando ensaios e atividades que iam muito além do carnaval. No mesmo caminho, o Centro Cívico Palmares, além de ser um lugar voltado para a construção política e educacional, abrigou festividades no ritmo de samba na rua do Glicério da década de 1920. (SILVA, 2019)

Figura 2 - Primeira Escola de Samba de São Paulo, Lavapés



Fonte: Arquivo pessoal de Oswaldinho da Cuíca

Outra organização extremamente importante no que tange a apropriação do espaço, sendo referência e ponto de encontro para a comunidade negra foi a Frente Negra Brasileira, fundada na década de 1930 e localizada na rua Liberdade, na atual Casa de Portugal (SILVA, 2019).

Como se sabe, a FNB se tornou uma das maiores e complexas organizações de cunho político e social do povo negro na cidade de São Paulo, inserindo-se fortemente na luta pela integração do negro na sociedade. Exemplo dessa integração foi a ação de reterritorialização de muitas famílias negras (despejadas das áreas centrais) na zona norte da cidade, mais especificamente na Casa Verde, assunto que será abordado no último capítulo desta pesquisa. (PINTO, 2013)

Atualmente, o bairro da Liberdade é amplamente associado à cultura japonesa, aparentando que sempre fora assim. Mas, as igrejas daquele bairro, os antigos jornais, nomes de ruas e algumas escolas de samba guardam e sugerem vestígios da cultura afro-brasileira que ali habitou (e habita, no caso da E.S. Lavapés). Sobre essa “resistência”, SEVECENKO (2004, p. 21), mostra que, “uma breve visita àquele templo, porém – local de intensa vibração mística especialmente às segundas-feiras, com a oferta ritual de pipocas, velas e flores dedicadas às Almas – comprovará a vitória do sentimento popular e, em particular, da comunidade negra”. No mais, esse culto às almas nos orientam para uma apropriação simbólica daquele espaço.

Com as constantes e grandiosas transformações urbanas ocorridas em meados do século XX, a Liberdade foi ganhando feições japonesas. Desta maneira, CARLOS (2001, p. 25) nos diz que, “o espaço dominado controlado, impõe novos modos de apropriação pelo estabelecimento de novos usos que excluem/incluem os habitantes.” De certa maneira, isso ficou claro com a apropriação do espaço pelos japoneses, transformando a Liberdade em uma espécie de colônia oriental, contando nos dias atuais com um Museu Histórico da Imigração Japonesa, construção que “reafirma” a relação da comunidade oriental com o bairro.

Por outro lado, observamos um grande número de coletivos, principalmente ligados ao turismo e à cultura, que se preocuparam em redescobrir a memória urbana daquele bairro. Foi através da luta desses movimentos que, lugares relacionados à memória negra estão recebendo sinalizações (placas e afins), com o intuito de relembrar os antigos usos e seus agentes, fortemente apagados. É o caso da atual Praça 7 de Setembro, que recebeu a seguinte placa:

Figura 3 - Placa instalada na Praça 7 de Setembro



Fonte: (fotografia tirada pelo autor em 27/09/2020)

Dentro, também, deste processo de recuperação da memória urbana de São Paulo, foi assinado pelo então prefeito Bruno Covas no dia 09 de setembro de 2020, um decreto que determinou o interesse público do terreno do entorno da “Capela dos Aflitos”. Houve também o lançamento do edital para construção do Memorial dos Aflitos, fruto de mobilização popular e luta dos coletivos, importantíssimo para recuperação e difusão de uma história não contada daquela região.

Vale dizer que, esta recuperação também é resultado de escavações arqueológicas realizadas pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 2018, quando foi encontrado no entorno da Capela dos Aflitos, nove ossadas referentes ao século XVIII, possivelmente de escravizados do período colonial.

2.3 Várzea-Glicério

Estes locais habitados pelos negros, de maneira geral, eram próximos das baixadas da cidade, ou seja, as várzeas, onde os terrenos eram os mais baratos e possibilitavam a moradia aos marginalizados. Dessa maneira, é uma ocupação territorial contrária à ocorrida no Rio de Janeiro, onde a população negra e marginal se deslocou para os morros. No caso de São Paulo, as áreas mais altas eram destinadas à elite da cidade.

Neste contexto, a Várzea do Tietê e do Tamanduateí se mostrarão importantes territórios de sociabilidade negra e pobre. No caso da Várzea do Carmo, associada à do rio Tamanduateí, os negros e os caipiras aproveitavam as cheias para as mais diversas atividades, entre elas o comércio popular, a pesca, limpeza de animais e principalmente para lavar roupas - as famosas lavadeiras do Carmo. DOS SANTOS (2001) ao comentar a realidade da época nos mostra a insatisfação das autoridades para com esses agentes sociais:

O uso e a percepção que possuíam daquele espaço, [...] - lavando roupas e cavalos, conduzindo carroças, etc. - além de representar aspectos da maneira de como viviam suas experiências na cidade, se contrapunha às normas e códigos desejados, correspondendo assim a uma vivência subversiva e marginal, portanto perigosa. (DOS SANTOS, 2001, p. 4)

As normas e os códigos dos quais o autor nos fala podem ser vistos no Código de Posturas Municipal, criado no ano de 1886, que proibia cavalos de ficarem parados em ruas públicas e os banhos nos rios com roupas que ofendesse a moral pública. Assim sendo, na mentalidade das autoridades, a presença dos negros nas várzeas do Carmo representava a subversão, mas também representava o atraso, confrontando diretamente com o “progresso” que se pretendia implementar.

Logo, a várzea se tornou um dos locais onde mais se praticava o futebol. De acordo com SEABRA (2003, p.286) “nas informações compiladas, o mais antigos dos grêmios se formou na várzea terá sido no Glicério, em 1904.” Sendo assim, tendo em vista que o Glicério foi uma região de forte presença negra, podemos sugerir que esses clubes que lá estavam poderiam, também, ser associações esportivas criadas por negros.

O futebol de várzea mobilizava uma enorme massa populacional, contribuindo para a afirmação das particularidades por exercitar as diferenças culturais, possibilitando o exercício do lúdico:

Expressavam também diferenças culturais: negros formavam seus times e grêmios. Organizavam festivais entre os times homólogos, como também os faziam os times de colônia. Enquanto exercício lúdico, o futebol implicava uma prática em cuja trama ia sendo envolvida a sociedade inteira: diferentes idades, gênero, cor, raça, condição social, saberes e habilidades, mas sem poder ignorar os atributos de uma história singular marcada por preconceitos de cor e sob hegemonia das elites, os ricos de São Paulo. (SEABRA, 2003, p. 294) (grifo meu)

Neste espaço plural do domínio do futebol de várzea, mais especificamente na região do Lavapés surgiu o Club Atlético Brasil. Fundado em 1916, se trata de uma associação extremamente importante para a difusão do esporte e do atletismo para os negros na cidade de São Paulo. A atuação desse time de futebol formado por negros ia muito além da prática do esporte. Na verdade, o Club Atlético Brasil estava inserido em uma grande rede de associativismo negro na cidade, juntamente com a imprensa negra e organizações como a Frente Negra Brasileira. Desta maneira, era comum que fizesse jogos no qual a renda obtida fosse revertida para entidades ligadas à tal associativismo. Exemplo disso foi o amistoso disputado no ano de 1930, onde a renda foi destinada ao Jornal O Clarim d'Alvorada (jornal produzido pela comunidade negra).

É importantíssimo ressaltar que, um dos jogos mais marcantes que o Atlético Brasil organizou foi o “Preto x Branco” (preto contra branco), formado por uma seleção de jogadores negros e uma seleção de jogadores brancos, amistoso que fazia parte da Liga dos Amadores de Futebol (LAF). Um desses amistosos tinha como o direcionamento a fomentação de um hospital que se chamaria “Henrique Dias”, projetado pela União Nacional dos Homens de Cor, com o intuito de favorecer a comunidade negra de São Paulo.

Assim sendo, a apropriação da várzea por meio do futebol será um dos espaços de intersecção extremamente importante no início do século passado e, clubes como o Atlético Brasil, o Flor da Penha e o São Geraldo, do qual falaremos mais adiante, comprovam esse fator.

2.4 Bexiga

[...] as capoeiras e campinas que havia em torno do Tanque Reúno, no Bexiga, como em outros pontos da baixada em que corriam o Anhangabaú e o Riacho Saracura, serviram de esconderijo onde se aquilombavam negros rebelados. Esses matos eram convidativos para esconderijos. Em 1831 foi feito um documento com a tentativa de fechar o acesso do Anhangabaú ao Bexiga, cujo objetivo impedir o trânsito de escravos fugitivos para o Bexiga. (LUCENA, 1984, 24)

O vale da Saracura, o Bixiga, é extremamente instigante, uma vez que naquele lugar havia um Quilombo Urbano, que depois se transformaria no território negro do Bexiga. Segundo Márcio Sampaio de Castro (2005), o Quilombo Urbano era um pequeno povoado geralmente próximo da cidade, onde os escravizados se escondiam, formando suas roças e construindo habitações simples. Conforme Eduardo Silva (2003), os quilombos urbanos eram dormitórios dos negros fugitivos que tentavam a sobrevivência nos mercados e portos da cidade.

Com o processo de urbanização das cidades, nos diz Raquel Rolnik, os quilombos urbanos se tornaram em territórios negros. Sobre este território negro da Saracura a autora nos explica que:

[...] foi resultado de um duplo desenvolvimento. Por um lado foi fruto da expansão do próprio Lavapés, na direção do caminho de Santo Amaro. Por outro, o núcleo original do Saracura, de ocupação semirural, onde existia um quilombo no final da escravidão, cresceu e se urbanizou. No início do século, com a abertura da avenida Paulista, o Bexiga abrigaria, em cortiços, as negras que serviam as casas elegantes da avenida. (ROLNIK, R. 1997, p. 76)

Dessa maneira, como nos diz Rolnik, os negros ocuparam os cortiços. Vale lembrar que, com o processo de urbanização, as habitações mais frequentes na cidade eram: os cortiços e seus porões (ocupados pela comunidade pobre e extremamente marginalizada), as vilas operárias (formada por imigrantes trabalhadores fabris) com casas simples e os grandes casarões (destinados à elite da cidade).

No Bixiga, a presença do rio Saracura e o contexto de várzea desvalorizava o preço dos terrenos, favorecendo a permanência dos negros e pobres nas proximidades do rio. O baixo preço e a proximidade do Centro atraiu também os imigrantes recém chegados em São Paulo.

Neste sentido, é muito importante frisar que, nenhum dos territórios mencionados nesta pesquisa eram inteiramente negros. Se tratavam de espaços com muita mistura étnica. Desta maneira, a territorialidade negra se cruzava com a territorialidade do imigrante italiano, do português, do

caipira e de tantas outras, formando multiterritorialidades, que conforme Rogério Haesbaert (2004, p.08) são "construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários".

Conforme a autora Vera Lúcia Almeida (1989, p.44, Apud CASTRO, 2008, p. 59), os imigrantes calabreses que ocuparam o Bixiga eram "pobres, traziam consigo a forte determinação de viver por conta própria, sem se subordinar à vontade de um patrão", ou seja, acostumado com a liberdade. Segundo CASTRO (2008, p. 62) "além dos calabreses, ceringolanos e negros, outros grupos ocuparam as ruas e vilas do Bixiga": os portugueses. No entanto, diz ele:

[...] sem dúvida depois dos calabreses, o grande contingente numérico será o de negros, que ocuparão aquilo que será conhecido como o quadrilátero negro ou da Saracura, formado pelas ruas Rocha, Almirante Marques Leão e Una. Exatamente os logradouros que determinam espacialmente, ainda hoje, os ensaios da Escola de Samba Vai-Vai, localizada na rua Cardeal Leme, bem no coração desse território, que tem como base do quadrado a avenida Nove de Julho". (CASTRO, 2008, p. 62)

É importantíssimo comentar sobre a toponímia das ruas do Bixiga que reforçam a territorialidade negra naquele bairro. São elas: rua da Abolição e a rua 13 de Maio. Ambas fazem referência a à presença negra que se apropriou do bairro e fez dele um pedaço da África, como caracterizou um observador que escreveu ao jornal Correio Paulistano em 03 de outubro de 1907.

O cordão carnavalesco Vai-Vai - originado a partir do time de futebol Cae-Cae (HORI, 1981) - surgido em 1930, representa um marco de ancestralidade e resistência muito forte dentro do Bexiga! O ritmo praticado era o Samba de Bumbo. O Samba de Pirapora ou Samba de Bumbo, característico do Estado de São Paulo, era comum nos cordões carnavalescos da comunidade negra. Sobre isso, Wilson Rodrigues de Moraes (1978) em seu trabalho Escolas de Samba e Cordões da Cidade de São Paulo, indica de que desde 1913 o samba de bumbo já poderia ser observado na cidade, dando como exemplo a Barra Funda, o Glicério e o próprio Bixiga como lugares onde se poderia ouvir tal batuque.

A Escola de Samba Vai-Vai resistiu à fortíssima especulação imobiliária até os dias atuais, sendo um espaço de referência da comunidade negra de São Paulo. Seus tambores ecoam nos dias de

ensaio (ainda na rua), aglutinando uma gigantesca população negra (e também branca) que saem de todos os lados da cidade só para ouvir os sons que ecoam da Saracura.

Neste sentido (o da resistência), o samba “Tradição”, de Geraldo Filme, se tornou hino do Vai-Vai e é cantado em todos os carnavais. Esse samba faz menções às transformações no espaço e ao impacto na vida cotidiana de quem o habitava:

Quem nunca viu o samba amanhecer
Vai no Bexiga pra ver
Vai no Bexiga pra ver

O samba não levanta mais poeira
Asfalto hoje cobriu o nosso chão
Lembrança eu tenho da Saracura
Saudade tenho do nosso cordão

Bexiga hoje é só arranha-céu
E não se vê mais a luz da Lua
Mas o Vai-Vai está firme no pedaço
É tradição e o samba continua

(Tradição. Geraldo Filme) (nosso grifo)

2.5 Penha de França

*“Zona Leste somos nós
Lutando com galhardia
Zona Leste somos nós
O lirismo e a própria poesia”*

Marco Antonio

O território negro da Penha de França remete às mobilidades negras do início do século passado na cidade de São Paulo. Compreender este território é ter em vista o processo de expansão da cidade e da expulsão dos negros do Centro, referentes ao movimento desterritorialização. Por outro lado, e também se atentar à presença negra anterior à essa marcha, uma vez que a Igreja do Rosário é localizada historicamente no século XVIII e significou um lugar de contraponto dentro das hierarquias do período colonial religioso na Penha. Desta maneira, ao que tudo indica, merece maiores estudos e imersões da Geografia e também das outras ciências humanas.

Visto isto, e atentando ao recorte temporal que se aproxima com esta pesquisa, conforme já foi mencionado no parágrafo anterior, o historiador Marcelo Vitale Teodoro da Silva (2018, p.111), que se debruçou aos estudos da história e das territorialidades negras na Penha de França nos diz: “os negros rumavam em direção aos bairros mais distantes, como a Penha. E, à revelia de tais processos constituíam, no cotidiano, suas estratégias de resistência ou, simplesmente, o comungar de laços, valores e práticas de sociabilidades”. Vale ressaltar que até o início do século XX, por estar distante do centro, a Penha se caracterizava como um espaço “semi rural” (SILVA, 2018). Dessa maneira, as leis que doutrinavam a urbanização não foram implementadas (ROLNIK, 1997) naquela porção territorial.

Neste contexto, observando o processo de apropriação do espaço visto na Penha, notamos a importância das quermesses, das festas religiosas e as romarias como importantes manifestações da dimensão do bairro, no bojo da experiência imediata, no qual a festividade movimentava e inseria toda a família e a comunidade no desenvolvimento da atividade (SEABRA, 2001) e o Largo do Rosário, onde está localizada a Igreja do Rosário era o lócus de muitos desses acontecimentos.

Além das importantes festividades, dos momentos de lazer e afins, ocorridos no Largo do Rosário, que “resistiam ao avanço do progresso”, como relatou o memorialista Jacob Penteado (1962, p. 253-254, Apud SILVA, 2018, p.142), o bairro contou também com rodas de samba. Silva (2018, p. 143) nos revela que “realizavam batuques e danças a noite, no terreno baldio ao lado da pequena casa de Benedito Macuco, os quais eram orquestrados pelo Bumbo, comandando os movimentos das danças”.

O samba e o futebol, muito entrelaçados em todos os territórios negros aqui estudados, são observados também na Penha de França, representados pelo Clube Flor da Penha e pelo Cordão Carnavalesco Desprezados da Penha. Essas duas entidades estiveram intimamente conectadas à Frente Negra Brasileira e fizeram parte da rede de associativismo negro que permeou as décadas de 1920 e 1930 do século XX na cidade de São Paulo.

A Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, onde se encontra também a Irmandade de São Benedito, diferentemente da Igreja do Rosário que se situa no Largo do Payssandú, permaneceu no mesmo lugar até os dias atuais, sobrevivendo à grande especulação imobiliária que circunda todo o centro do bairro da Penha. No Largo, existem grandes comemorações como a Festa da Igreja que acontece todo mês de junho-julho, atraindo um grande número de fiéis.

Especificamente no caso da Penha, com exceção do importantíssimo trabalho do historiador Marcelo Vitale Teodoro da Silva, nota-se uma ausência de estudos acerca das espacialidades negras daquele bairro.

3. BARRA FUNDA

O processo de ocupação da Barra Funda destoa dos outros territórios aqui apontados. Conforme SILVA (2018, p.53), a ocupação se dá principalmente “no final do século XIX”, e “foi composta, sobretudo, por imigrantes italianos somada a uma pequena parcela de portugueses, com a intensificação do processo de urbanização na região”. Porém, já no final do século XIX, como nos disse ROLNIK, a Barra Funda abrigava o maior percentual de negros, conforme o censo de 1893.

Esse aumento da população negra no bairro se dará, principalmente, pela implementação da linha férrea, que contava com os armazéns da Estação Ferroviária (principalmente o Armazém Geral do Café), armazéns esses que garantiam a permanência dos negros em suas redondezas, pois, dentro de um cenário de exclusão fabril, os serviços braçais como o carregamento de sacas eram uma possibilidade de renda. Além da possibilidade de renda, as moradias simples (cortiços e seus porões) com aluguéis a preços baixos também favoreciam à possibilidade de viver no bairro. Sobre esse processo de ocupação do espaço José Carlos Gomes da Silva (1990, p. 13) nos diz que tal grupo, “frequentemente habitavam os porões das residências”. O último fator era a proximidade do Centro e de bairros elitizados como os Campos Elíseos e Higienópolis, pois, segundo o historiador Marcelo Vitale (2019, p. 54), constituía uma possível “fonte para os trabalhos domésticos -sobretudo para as mulheres”.

O espaço físico do porão comportava mais de uma família. O relato de Zezinho da Casa Verde traz dimensões dessa realidade:

Os porões abrigavam muitas famílias (...), morava duas, três (...) às vezes tinha porão que era baixo demais com 1,70 de altura, tinha que andar meio encolhido, porque onde o negro ia viver? Ele não ganhava... não é que nem hoje em dia, o pobre não ganhava, pobre ganhava para comprar uma bengala” (Zezinho da Casa Verde) (Silva, 1989:50).

É importantíssimo salientar que, no contexto de pós abolição e da oferta de empregos, ainda que precários, na cidade, houve um grande deslocamento populacional de negros das lavouras do interior para a capital. Segundo o pesquisador Carlos Gomes da Silva (1990, p.13) “esses migraram para a cidade no início do século quando famílias inteiras de negros do interior do

estado deslocaram-se para a metrópole. Ainda, segundo o autor, “concentraram-se em sua maioria na Barra Funda, um dos Territórios negros da cidade ao lado do Bexiga e Cambuci”. Desta maneira, a Barra Funda se tornava ainda mais negra. Segundo Silva, em questões de meses:

“sob os solares e sobrados, estabeleceu-se uma enorme colônia negra, vastíssimo quilombo instalado nos porões. Estes por sua vez foram ligados e interligados, convertendo-se em intrincados labirintos subterrâneos para onde eram impelidos pela pressão econômica e buscando apoio nas fraternidades de cor, afluíram os negros. Ali instalaram, celebraram suas raras alegrias e carpiram tristezas muitas. Ali nasciam os negros da Barra Funda, ali viviam grande parte de suas vidas, ali geralmente morriam. (SILVA, 1990, p. 50) (grifo nosso)

Assim sendo, foi nos porões das casas humildes dos imigrantes italianos, portugueses e espanhóis que os negros encontraram suas moradias. Espaços pequenos, pouco iluminados e com pouca ventilação.

Este é o momento da territorialização ao longo do espaço. Segundo Claude Raffestin (1993, p.50), o território é formado a partir do espaço e é “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, a representação), o ator territorializa o espaço”.

3.1 O Largo da Banana

O Largo da Banana foi e ainda é, um dos espaços de memória mais importantes na capital paulista. Considerado por Geraldo Filme como “berço do samba” paulistano, seu nome faz referência à grande quantidade de banana que chegava do interior e que era descarregada, levadas aos armazéns e que ao sobrar, eram comercializadas nas redondezas da estação ferroviária (no Largo da Banana). De acordo com SIQUEIRA (2020), “embora a localização do Largo da Banana não esteja indicada nos mapas da cidade, ele se encontrava entre as ruas Brigadeiro Galvão, Barra Funda, Cadete e a Alameda Olga”.

Na imagem abaixo, o Largo da Banana está localizado e circulado:

Figura 4 - Largo da Banana



Excerto do SARA-BRASIL: neste excerto é possível observar mais de perto o Largo da Banana e algumas ruas ao redor. O círculo azul, realizado por mim, diz respeito à possível demarcação do Largo e as linhas em azul dizem respeito àquelas em que se percebeu a presença negra.

Fonte: SARA-BRASIL, 1930.

Era no momento do descanso que as rimas e os versos rápidos aconteciam, de maneira que o Largo se tornou rapidamente um lugar de referência, conhecido e frequentado por sambistas até mesmo fora do horário de trabalho, sendo também um ambiente de formação de “partideiros” (cantores de samba). “E, deste modo”, como nos diz SILVA (2018, p.56), “tornou-se um espaço caracterizado por uma intensa sociabilidade negra a partir do samba e da tiririca, praticadas no tempo livre, consolidando sonoridades em espaços públicos”.

É importante lembrar que, ainda neste período, a “festa não estava muito separada da vida e, portanto, os bairros formavam um nível das práticas que articula o trabalho e a família, quase sempre no mesmo lugar, ainda nas primeiras fases da industrialização” (SEABRA, 2004, p. 189). Embora estejamos falando do trabalho fora da fábrica aqui nesta pesquisa, a relação trabalho e divertimento no caso do Largo da Banana é bem evidente.

Vale destacar que à essa época, nos diz SILVA (1998, p.57) “a rua era o principal meio de subsistência dos pretos e dos pobres; também era lugar de manifestações culturais, de tensão e de conflitos sociais latentes”. Segundo LEFEBVRE (1999. p.30), “na rua, e por esse espaço, um grupo (a cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado”. No entanto, nos diz Silva:

[...] os defensores da moral, dos bons costumes e da "civilização" passaram a classificar as manifestações culturais e religiosas dos pretos como baderna e algazarra, cobrando as autoridades competentes que pusessem a polícia para cuidar das pequenas concentrações de pretos, sob o argumento de que eles quase sempre descambavam para o lado do crime. (SILVA, 1998, p. 14 Apud SILVA, 2020, p. 57)

Dado o exposto, ao passo que a rua se torna cada vez mais um espaço fundamental para as práticas da comunidade negra, a perseguição e a repressão aumentam. De acordo com HORI (1981, p. 60), “embora já existentes por aquela época, os atos repressivos diretos, atingindo fisicamente os sambistas e quebrando seus instrumentos, seriam mais frequentes durante a década de 30”. Neste contexto, o papel da polícia também é importantíssimo, garantindo a “não perturbação”, prendendo por “vagabundagem”, pondo em prática o seguimento das leis criadas dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo, assegurando a ordem. Os relatórios policiais da época demonstram, de acordo com SILVA (1998, p. 82), que “os números relativos à prisão de indivíduos por feitiçaria, categoria com a qual os relatórios policiais classificavam os pai-de-santos (...) estavam submetidos à disciplina”. No entanto, o controle policial não conseguiu barrá-los completamente, uma vez que “através de estratégias cotidianas e deslocamentos para áreas consideradas inacessíveis ao policiamento” conseguiram desenvolver suas práticas.

O papel do Estado, representando os interesses da classe dominante, eram perceptíveis a nível político. Basta observar os assuntos debatidos na Assembleia Legislativa de São Paulo. Peguemos o depoimento do então deputado Rafael Correa, anterior ao período aqui estudado, mas muito elucidativo no que tange à compreensão de um Estado composto por uma elite racista: “a ociosidade inevitável dos negros livres resultaria em ‘quilombos armados cá e lá, agredindo as povoações’ e ‘trazendo a perturbação social por toda a parte.” O medo de uma “onda negra”, como nos diz Maria Cecília em “Onda Negra, Medo Branco” é latente. Temia-se que a exemplo do Haiti os negros se organizassem e rompessem com as estruturas estabelecidas. Assim sendo, é

possível conectar a fala do deputado à grande movimentação política que cerceou os espaços da cidade, tentando, além de marginalizar, dispersar as organizações negras naquele período. (ALSP, 1882, pp. 405-6, Apud. DE AZEVEDO, 1987, p. 156-7)

LEFEBVRE (1999) a respeito da rua e do seu uso, comenta que, a supressão dela é acompanhada da “extinção da vida”, reduzindo a cidade a dormitório, “aberrante funcionalização da existência”, pois para ele a rua significa:

[...] o lugar do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela, efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada”. (LEFEBVRE, 1999, p, 30)

De certa maneira, a praticidade do discurso ocorreu e tomou forma na cidade. Por outro lado, é extremamente importante ressaltar a resistência das territorialidades negras neste cenário de cidade. Conforme SILVA, os territórios negros:

“não devem ser concebidos apenas na chave da exclusão, mas sim vislumbrando na perspectiva de lócus onde se gesta a elaboração de um repertório comum, em suas singularidades, mantido pelos laços de solidariedade e de autopreservação comungado entre os negros, os quais, a partir dos laços de ancestralidade constituem uma comunidade, onde o corpo aparece como um suporte de memória para a respectiva comunidade" (2018, p. 55)

3.2 Entre a Barra Funda e o Campos Elíseos

Através dos livros, dos jornais da época e das entrevistas audiovisuais foi possível identificar a presença negra espalhada pelas ruas da Barra Funda e em alguns logradouros do Campos Elíseos. Além das moradias, foi possível notar as sedes dos cordões carnavalescos, sede dos clubes de futebol, bares/botecos, terreiros e afins. No contexto da Barra Funda destacam-se as ruas: Barra Funda, Conselheiro Brotero, Brigadeiro Galvão, Alameda Olga, Souza Lima, Vitorino Camilo Tupi, Anhanguera e Cruzeiro. Enquanto que no Campos Elíseos destacou-se a seguinte rua: Alameda Glette.

No trecho abaixo podemos observar o quanto esses espaços estavam entrelaçados:

Na Barra Funda, tinha o Largo da Banana, onde o pessoal se encontrava para fazer batuque, e ali na Barra Funda, famosa nos porões das casas, se fazia os

batuques. Eu morei na Vitorino Camilo, 118, mas ali na Vitorino Camilo no número 60, o batuque começava sábado logo ao meio dia (...) Tinha até uma crioula conhecidíssima no pedaço a Joaquina (...). A Joaquina era respeitadíssima, de vez em quando baixava lá Maria Pé de Violão era uma crioula que vendia jornal nos bondes. Ela saltava de bonde, vendendo jornal. Ali era o ponto. Ali na Glete, depois que terminava a jornada dela. Acontece que as vezes o negócio esquentava muito... Lá pelas tantas, o pessoal estava com umas no côco e o pau quebrava... Briga no 60! Você sabia que no 60 o pau tava comendo. Mas lá na Barra Funda, tinha aquele pagodezinhos, aquelas festas naquelas casas, naqueles porões. Era de fato ali um ponto de encontro da comunidade negra. (SILVA, 1990, p.97-8)

Como vimos na citação acima, diferentemente do Largo da Banana onde a prática estava associada à apropriação da rua, o espaço de acontecimento das rodas de samba nas residências da Barra Funda e dos Campos Elísios é o porão, ou seja, no espaço domiciliar. O espaço domiciliar para tais práticas muitas vezes esteve atrelado à figura das mulheres, das “tias” que organizavam em torno de seus lares o espaço comum. Neste sentido, vale destacar a presença e o protagonismo da mulher negra dentro desses espaços de sociabilidade. A professora Maria Cristina Wissenbach, ao falar sobre o papel da liderança das mulheres, comenta que:

(...) delineava-se sobretudo junto às coletividades diaspóricas afro-brasileiras, organizadas como grandes parentes e estruturadas em torno demora cultos, danças e cânticos e dos primeiros agrupamentos carnavalescos - os ranchos e cordões do início do século. Nas crônicas e nos relatos em que as classes populares vêm geralmente sob o manto do anonimato, quase sempre sem rosto, os observadores não puderam deixar de mencionar nominalmente as chamadas “tias”, africanas, baianas, fluminenses, paulistas, mães-de-santo, líderes dos agrupamentos do Rio de Janeiro, de Salvador, do Maranhão, de São Paulo, seu papel de chefia de suas casas”. (WISSENBACH, 2018, p.28)

Na Barra Funda, podemos destacar a Tia Olímpia, que organizou as comemorações do 13 de Maio no bairro. O trecho abaixo diz respeito à essa liderança:

O treze de maio era festejado por Tia Olímpia, na Barra Funda que organizava um samba famoso num grande terreno ao lado de sua casa na rua Anhanguera. A mão de Odilon, um Baliza renomado do cordão Campos Elíseos, também comemorava o Treze de Maio na Vila Santa Maria, numa festa que incluía tambu, samba-lenço, cururu, craviola, samba de roda e muitas comidas típicas (SILVA, APUD, SIMSON, 2007, p. 100) (grifo meu)

Vale destacar nesta citação que, embora a maioria da comunidade negra estivesse na Barra Funda de cima, havia também pontos mais restritos de territorialidade na Barra Funda de baixo mais associada ao contexto da várzea do rio Tietê. É o caso da localização da casa da Tia

Olímpia, que estava na rua Anhanguera. Além do registro da casa da Tia, havia também o Botequim Corote situado na rua Cruzeiro (SILVA, 2018).

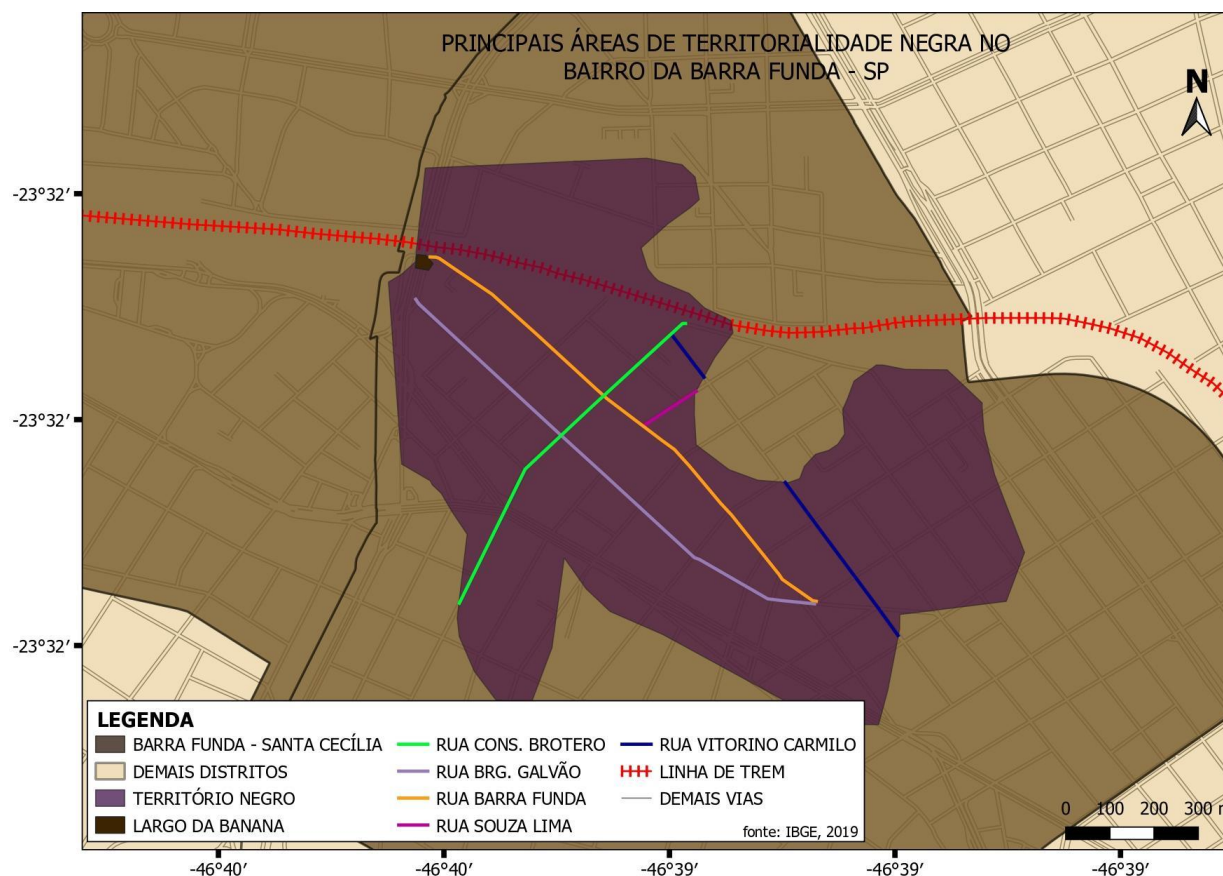
Se houve grande repressão policial por parte do Estado, havia também a resistência e a resiliência por parte dos negros para que pudessem realizar suas práticas culturais. Essa resiliência foi possibilitada, também, pelo grande conhecimento do espaço, criando rotas de fugas que foram essenciais para sobreviver. O sambista Zezinho da Casa verde, em uma entrevista ao autor José Carlos Gomes da Silva, relata:

"A gente vivia na Barra Funda, mas ali havia um delegado, chamava Dr. Carlos Pimenta, o pai dele tinha sido morto pelos escravos. Ora uma coisa que você não tem nada a ver com isso nem eu (...). Então nós da Barra Funda, nós não podia ficar parado, três quatro parados numa esquina, ou parado no portão que a polícia vinha e levava nós, e o pior que depois não achava não, porque levava, deportava, mandando para qualquer lugar aí. Não era que nem hoje em dia... hoje em dia é fácil. Você pega um moleque manda ele prá Campinas ele vai e voltar, mais antigamente não era isso o que ele fazia. E a gente quando começamo a ficar hominho, começou o samba, mas não tinha jeito, eles vinham davam pancada, davam tudo (...) bom aí nós não sabia onde ficar, não tinha lugar para ficar, porque o carrão vinha e o carrão passava mesmo (...) O nome do carrão era Bunduda... Olha o Bunduda aí...olha o Bunduda aí... Então nós lutamos, lutamos, arranjamos um lugar para ficar, no fim da Conselheiro Brotero (...) e aí no fim da Conselheiro Tobias, que saia da cidade e vem morrer ali no fim da Conselheiro Brotero....porque ali só era valentão, buraco de tudo quanto era jeito. Então nós viemos para um lugar que nós podia ficar. Entrar ali... não dava jeito para carro entrar lá porque... ali nós ficava fazendo Morão-Morão, ce fica em pé e o cara canta: "Morão-Morão bota nego no chão, Morão-Morão bota nego no chão, Morão-Morão bota nego no chão(...). E todas essas coisas saia na roda né, mas ficava entre nós, porque não podia ir pra lá... Lá a polícia não podia ir, quando via, a gente vinha, porque não tinha outro jeito de entrar lá, era só vale, e quando entrava nós sumia na linha do trem. Como é que ia pegar nós? Não ia. Nós não tinha sossego (...). A gente vivia na Barra Funda sossegado em parte e em parte não". (SILVA, 1990, p.91-93)

O relato de Seu Zezinho, além de trazer à tona a problemática da violência policial com relação aos negros daquele bairro, nos mostra também a importância da ferrovia e a relação que o grupo tinha com ela, servindo de caminho estratégico para fugir da repressão policial. No mais o entroncamento das ruas Vitorino, Souza Lima e Conselheiro Brotero, segundo SIMSON (207, p.6) “constituía território livre para a vivência e fruição da população negra, como descreveu seu Zezinho do Morro da Casa Verde”. É importante dizer que, como sabemos, dentro da Geografia

não existe a ideia de “território livre”, para este campo do saber, todo território está relacionado à dimensão do poder e da apropriação, material ou simbólica (HAESBAERT, 2004).

MAPA 2: Principais Áreas de Territorialidade Negra no Bairro da Barra Funda



Fonte: Yoshioka, D. 2020

É interessante observar nesse relato a forma como o sambista entende a Barra Funda e o Centro. Em seu imaginário, quando diz que a Conselheiro Tobias “saia da cidade”, na verdade, faz referência ao Centro da cidade. No entanto, isso nos indica sua compreensão espacial da Barra Funda que, embora colada no centro, tinha características que se contrapunham à cidade (ao centro). O relato de Geraldo Filme nos fornece maiores pistas dessa paisagem:

A Barra Funda era um bairro assim próximo do centro, mas ela tinha uma característica bem de bairro de periferia, sabe? Então naquelas casas mais humildes moravam os negros, na própria Avenida Pacaembú, aquele pedacinho tinha o campo do São Geraldo ali. São Geraldo era um clube de futebol que jogava o pessoal exatamente que trabalhava descarregando saco, descarregando

banana, fardo de algodão, lá na estação aquela raça toda e eles brigavam muito”.
(Geraldo Filme, 1992)

O antagonismo ao centro não se dá somente na urbanização e na caracterização das moradias, se dá também pela possibilidade da vivência ao longo da Barra Funda, por não estar inserido completamente na modernidade que se produzia na cidade. O bairro, como nos diz CARLOS (2001, p.209): “como nível da prática sócio-espacial se revela no plano do vivido (articula-se na categoria habitante) que mostra a condição da vida material, ganha sentido na vida cotidiana expressando as condições da reprodução espacial no mundo moderno”. Assim sendo, o que vemos no relato de ambos os sambistas é a compreensão do espaço vivido, ou seja, do espaço compartilhado, do espaço onde o valor de uso é mais importante que o valor de troca.

Dado o exposto, o professor Diogo Marçal Cirqueira (2010, p.56) explica como o corpo negro e o racismo são importantes dentro da construção e constituição dos lugares: “o racismo influencia na constituição dos lugares, uma vez que é aí onde o corpo negro está, é percebido/percebe, é significado/significa e é colocado em encontro/confronto”. Ou seja, em linhas gerais, “é no lugar onde convergem as experiências e vivências determinadas pelo racismo ou relações racializadas”, lugar esse que segundo SCIFONI (2013, p.101) é “dimensão concreta e real do espaço geográfico (...) produto de uma construção social cotidiana”, onde o local e o global são evidenciados.

É dessa maneira, através do encontro, possível pela ruptura da vida funcional que se possibilitou a criação de cordões carnavalescos importantíssimos para a cidade. Entre eles podemos destacar o Grupo Barra Funda (posteriormente Escola de Samba Camisa Verde e Branco), criado por Dionísio Barbosa em 1914 e o Cordão Campos Elíseos, criado por Seu Euclides.

“De qualquer jeito, sem roupa caprichada, nem nada, lá se foram para as ruas do bairro, a Barra Funda, cantando música própria feita pelo grupo, levando de instrumento, o pandeiro e o chocalho feito de tampinhas de garrafas de cerveja, fazendo o tchic, tchic, tchic. Era o carnaval de 1914, dia 12 de março nascia o primeiro cordão carnavalesco paulistano”. (HORI, 1981, p. 46)

Novamente, vemos a importância da apropriação da rua para o acontecimento das práticas desses sujeitos na cidade de São Paulo. Vejamos o percurso realizado pelo Camisa Verde e Branco em meados dos anos 1920;

“O percurso já aumentado era feito à pé por toda Barra Funda, Avenida São João, subindo a Avenida Angélica até a Avenida Paulista, descendo pela Avenida Brigadeiro Luiz Antonio até o Largo São Francisco, Rua São Bento, o Triângulo e finalmente Praça do Patriarca (...). Depois o grupo voltava com a mesma organização, passava pelo Correio, faziam uma parada para as mocinhas tomarem guaraná, subia a Avenida São João e chegava festivo à sede na Barra Funda, à Rua Conselheiro Brotero, casa de Dionísio Barbosa e depois na rua Vitorino Camilo, no mesmo bairro”. (HORI, 1981, p.48)

Vale ressaltar a invisibilidade do poder municipal acerca das manifestações culturais dos negros, diferentemente do curso carnavalesco, realizado pela elite que morava na Avenida Paulista. Sobre esse fato, a professora Iêda Marques Britto Hori comenta:

“Na legislação municipal no período de 1900-1930 não se encontram outras referências às demais manifestações culturais existentes, nem ao aparecimento dos cordões carnavalescos que, ao utilizarem parte do espaço público para a realização do desfile no domingo de carnaval, não suscitaram medidas normativas, contrastando com o que ocorrera com os carros de aluguel que integravam o curso, e que tiveram suas atividades regulamentadas.” (HORI, 1981, p. 58) (grifo nosso)

Dessa maneira, nota-se mais uma vez, através dos meios institucionais, à quem aquela cidade servia, ou seja, para quem ela era produzida, pois, ao regulamentar o curso na Avenida Paulista favorecendo a elite que ali morava e mantendo na ilegalidade os cordões carnavalescos da comunidade negra, o Estado pratica uma política desigual de acesso à rua, isso quer dizer, do direito à cidade, sendo novamente decisivo no processo de produção dela. Neste sentido, manter as práticas negras na ilegalidade era muito importante e estratégico, pois além da tentativa de apagá-lo, conservava a ideia do negro como transgressor, justificando a punição e a repressão policial sobre o grupo.

É importante dizer que, os cordões ocuparão as ruas na ilegalidade até o final da década de 1920 (DOMINGUES, 2013). Após esse período, observando o quanto o carnaval de rua poderia ser extremamente lucrativo: “algumas firmas comerciais e industriais e, eventualmente, o poder municipal passaram a organizar e financiar os desfiles. Essa segunda fase culminou com a oficialização do carnaval popular em 1968, que, entretanto, determinou o desaparecimento progressivo dos cordões”. (SIMSON, 2007, p.170)

Assim como outras organizações da comunidade negra, os cordões carnavalescos “não mantinham atividades apenas relacionadas com o carnaval, embora estas na verdade estivessem mais próximas do fim último, para o qual todos os esforços convergiam” (DOMINGUES, 2013). Um dos locais de acontecimento dessas atividades se localizava na rua Lopes Chaves, em um salão alugado muitas vezes pelo Camisa Verde e Branco, que posteriormente se tornou o Clube Royal.

No excerto abaixo, é possível perceber a proximidade da Barra Funda e do Território Negro existente naquele bairro, com os casarões dos Campos Elíseos, em especial a Chácara do Carvalho, da família Prado:

Figura 5 - Barra Funda de cima e Campos Elíseos



Excerto do SARA-BRASIL; neste excerto observamos o quanto este território negro estava próximo às propriedades da família Prado; nele dá para notar o grande espaço da propriedade da família Prado, enquanto que, por outro lado, as habitações em que os negros residem estão mais aglutinadas.

Fonte: SARA-BRASIL, 1930.

O extravasamento da territorialidade negra era latente! Através da apropriação da rua, não se limitava aos contornos da Barra Funda, se deslocando para Campos Elíseos e Santa Cecília. Neste contexto, outro espaço muito importante de territorialidade negra foi a Alameda Glette. Segundo SILVA (2018, p. 57), “nessa localidade ficava o terminal de bondes, próximo à estação da Luz. Existiam campos de futebol e botequins que eram espaços de sociabilidade negra”. De acordo com HORI (1981, p.16), “os negros da Glette”, como eram conhecidos, tinham fama de

“bambas” e também eram jogadores do São Geraldo. Esse território negro é conhecido, também, pelas rodas de Mourão-Mourão: “conhecido posteriormente como Tiririca, uma versão afro-paulistana da capoeira, caracterizando uma dinâmica sociocultural que conferiu aos seus frequentadores o apelido de Bambas da Glette”. (SILVA, 2018, p.57-8)

É necessário ainda destacar que a caracterização “negros da Glette” nos mostra quanto o corpo negro, ao produzir sua espacialidade, é portador de significados. No trabalho memorioso em “Eu sou Atlântica”, o professor Alex Ratts ao estudar a obra e a vida de Beatriz Nascimento, com base na autora destaca que “um lugar ou uma manifestação de maioria negra é “um lugar de negros” ou “uma festa de negros””, isso porque o corpo negro, segundo o autor, é sempre pontuado. (RATTS, 2006, p. 68)

Conforme Domingues:

“Parece que os bambas da Glette - um grupo de negros que residiam em moradias baratas ou cortiços da Barra Funda e se reuniam no final da Alameda Glette, quase no Bom Retiro, para jogarem no campo de futebol e promoverem batuques extáticos, em rodas de samba acompanhadas pelas pernadas e umbigadas — igualmente participavam do cordão” (DOMINGUES, 2013, p,05)

É importante destacar que, embora houvesse um grupo de moradores da Barra Funda que fosse para a Alameda Glette com a finalidade de realizar suas práticas musicais e futebolísticas nas proximidades do Bom Retiro, outras literaturas indicam que haviam moradores negros no logradouro:

“Meu nome é Arnaldo, 86 anos, nasci em Cerquilho. Eu vim aqui pra poder ter uma vida melhor. Trabalho é lógico, lá eu era funcionário da Sorocabana, entrei em 1934 e sai 1940, seis anos. Morei na Glete, ali no Campos Elíseos mesmo, morei próximo da garagem de bondes”. (OLIVEIRA, 2002, p.182)

O depoimento, além de reforçar a migração do interior para a cidade de São Paulo, é muito importante no que tange a presença negra na Alameda Glette, rua que à essa altura também abrigava a residência do Governador, o Palácio dos Campos Elíseos.

Assim sendo, apesar do uso quase que inteiramente residencial da burguesia cafeeira o processo de descaracterização “foi ocasionado também em função do local, desde a sua formação, não ocupado apenas pela elite e com uso exclusivamente residencial, apresentando terrenos com

tamanhos variados onde se instalou também uma população de menor poder aquisitivo. Além do convívio com os imigrantes operários, havia o convívio com o negro. Dessa maneira, com todas as restrições, havia uma intersecção de vivências no bairro. (BRANQUINHO, 2007, p. 82)

Desta maneira, é importantíssimo, também, dizer que, diferentemente da Barra Funda onde haviam características arquitetônicas de um bairro simples, este espaço de memória negra da Alameda Glette no início do século XX foi reduto de grandes cafeicultores, infraestrutura e grandes casarões. O conjunto de casarões buscava a “representação do poder e do prestígio alcançados por essa elite, bem como a rivalidade dentro desta classe, com a reprodução dos padrões europeus, símbolos de progresso, civilização e modernidade na época”. (BRANQUINHO, 2007, p. 65)

A citação abaixo nos mostra como a modernidade foi transformando a cidade e os meios de deslocamento. Além disso, é possível observar como essa elite se relacionava com o espaço público, para eles, um espaço de vitrine onde poderiam demonstrar seu poder aquisitivo. No mais, vemos o papel da igreja como ponto de encontro desse grupo:

“A Avenida Rio Branco, calçada de macadame, por onde se deslocavam as famílias nos tálburis, foi cedendo lugar aos bondes e aos primeiros automóveis. A missa aos domingos na igreja do Sagrado Coração de Jesus também se tornou um ponto de encontro dessa elite, assim como os deslocamentos pelo bonde, que eram separados em primeiro e segunda classes”. (BRANQUINHO, 2007, p.67)

Na mentalidade da elite, era necessário que cada um estivesse no seu lugar. Esse processo de tentativa de segregação, que ganha forma social dentro da cidade, tem sentido estratégico de “delimitar um lugar para cada um “criando áreas homogêneas apoiadas em identidades de classe e, pretensamente, apartadas do todo social e da cidade”, escamoteia o conflito”. O esforço pela homogeneização daquele espaço, visando “escamotear o conflito” (CARLOS, 2015, p. 79), é visto no sentido da classe social, mas também pode ser inserido na racialidade, pois essa homogeneização, no caso da Alameda Glette, também era de cor. Vale ressaltar que esse é um dos motivos que irá fazer essa elite migrar para os altos do Higienópolis.

Neste contexto, observando o excerto do mapa abaixo, pode-se imaginar um espaço em disputa, marcado pelo conflito, resultado da heterogeneidade de corpos e classes que, embora exercessem territorialidades distintas, se enxergavam através do encontro. Vale ressaltar que, conforme Braga (2014, p.19), “as formas de pertencimento do corpo de um indivíduo no território, pode resultar em uma sobreposição de territórios "hierarquicamente articulados" e contraditórios. Essas sobreposições de territorialidades, serão mediadas em alguns momentos pela violência policial. Os “negros da Glette”, vistos como transgressores da ordem, também observaram de perto essas ações de instituições repressivas. (HORI, 1981)

Figura 6 - Alameda Glette



Excerto do SARA-BRASIL; é interessante observar que, diferentemente do Largo da Banana e de outras moradias que não foram demarcadas, o Palácio e a Igreja estão indicados no mapa. Isso pode refletir o “silenciamento dos mapas” (HARLEY, 2009), que evidenciam ou escondem, transmitindo mensagens políticas e ideológicas.

Fonte: SARA-BRASIL, 1930.

No excerto acima, destacamos o Palácio dos Campos Elíseos, um dos grandes casarões fruto do surto do café e o Lyceu do Sagrado Coração de Jesus, prédio da igreja católica com arquitetura monumental. Ambos se localizavam ao final da Alameda, coincidindo com a presença negra naquele lugar.

Os “bambas da Glette” além de praticar futebol e jogar capoeira, também fizeram parte do Cordão Carnavalesco Campos Elíseos. O Cordão, fundado no Largo da Banana, foi influenciado pelo Camisa Verde e Branco. Assim como o Alvi-Verde (Camisa Verde e Branco), fez da rua um espaço fundamental de suas práticas. De acordo com DOMINGUES:

[...] seu desfile era feito a pé e não seguia um roteiro fixo. Havia, entretanto, certa preferência por alguns percursos e logradouros. Era comum sair da Barra Funda em direção à Avenida São João até o centro de São Paulo, no Largo São Francisco. Passava-se pelo Triângulo Central, onde se incluía uma saudação às autoridades policiais, de plantão no Pátio do Colégio, e, por último, a apoteose na Praça do Patriarca. (2013, p. 04)

3.3 São Geraldo

Arelado aos cordões carnavalescos, os times de futebol também são parte importante da memória negra da Barra Funda. De acordo com Diana Mendes da Silva (2016, p.43) entre as novidades que “chegaram a São Paulo nos primeiros anos do século XX, poucas receberam adesão tão significativa quanto o futebol”. Seabra nos revela que “na década de vinte, diz a literatura sobre o futebol de São Paulo, começaram a surgir times por todo lado”, principalmente nas várzeas da cidade “ao longo do Tamanduateí e do Tietê”, sendo que, “as práticas do futebol de várzea eram momentos de integrar aqueles que nos bairros tinham uma posição periférica em relação ao futebol”, eram também “conjunto de jogos que visava maior integração dos associados aos clubes, com divertimentos para aqueles que não jogavam futebol.” (SEABRA, 2003, p. 286-288)

A falta de interesse pelos terrenos da várzea, espaço de vivência e habitação da comunidade negra, “permitiu que atividades de lazer e subsistência surgidas nos séculos anteriores nela se mantivessem até, pelo menos, a instalação das avenidas marginais”. Assim sendo, “a desvalorização do espaço da várzea” foi associada também “à progressiva desvalorização de seus moradores”, principalmente da comunidade negra (como já visto nesta pesquisa, ocupante das várzeas da cidade). Por outro lado, se faz “necessário notar, porém, que se desvalorizava a várzea enquanto realidade geográfica natural, mas vislumbrava-se para ela usos muito próximos aos implementados na Várzea do Carmo” (SILVA, 2016, p.40-1).

Nesse sentido, associado ao domínio do bairro, o futebol ganhou formas de sociabilidade para a comunidade pobre e preta da cidade, sendo um elemento de integração entre bairros distintos, uma vez que times de bairros diferentes se enfrentavam em diversas localidades de São Paulo. De acordo com SILVA (2016), a dimensão criativa dessas atividades “se revela”, primeiramente, “na inversão do uso habitual desses meios de transporte. Passava-se de um uso ligado ao patrão e ao tempo do trabalho para outro relacionado ao tempo livre, da diversão, vivido coletivamente pela comunidade”, ou seja, a movimentação em comunidade dos praticantes do futebol e da torcida que os acompanhavam revelam “experiências que transcendiam a vida ordinária estando mais próximas da vida aventureira” (SILVA, 2016, p.117).

Ligado à comunidade negra da Barra Funda e fundada em 1917 pelos “negros da Glette”, a Associação Atlética São Geraldo insere-se no contexto esportivo do período, sendo um importante espaço de integração do negro ao futebol. Sabe-se que, a esta altura, tanto por parte dos clubes da elite, quanto pelos clubes formados pelos grupos imigrantes das classes mais pobres, o negro se via excluído. Sendo assim, o Alvinegro da Barra Funda foi um time formado por negros onde só os negros poderiam jogar.

De acordo com Petrônio Domingues (2015, p.370), “sua sede foi instalada na Rua Barra Funda”, mas também há jornais que indicam que com o passar dos anos o clube teve outras sedes, mas todas no contexto da Barra Funda e dos Campos Elíseos. Conforme o mesmo autor, citando o Jornal a Voz da Raça, ao final da Rua Tupi se localizava o primeiro campo do clube. (A Voz da Raça, 25/03/1933, p.2 Apud DOMINGUES, 2015, p. 370)

Figura. 7 - Escudo da A.A. São Geraldo



Fonte: Livro “Os Esquecidos: Arquivos do Futebol Paulista”

O clube participou da APEA (Associação Paulista de Esportes Atléticos) e da LAF (Liga dos Amadores de Foot-ball), Ligas Oficiais da cidade, sendo campeão da Copa do Centenário da Independência do Brasil em 1922, mas também disputou torneios de bairros e campeonatos realizados pela comunidade negra. Sua mobilidade pela cidade era acompanhada do Cordão Geraldinos, torcedores organizados que costumavam realizar uma grande festa ao som dos tambores. Esse tipo de acontecimento faz parte de uma dimensão importante do contexto varzeano (SEABRA, 2013), que é a forma que essas associações se exibiam aos bairros e à cidade. De acordo com HORI (p.69, 1981), os jogos do São Geraldo na Barra Funda eram acompanhados dos “batuques em rodas de samba nas proximidades do Largo da Banana”.

É importante lembrar, também, do papel de sociabilidade que a sede do clube representava para a comunidade negra no período. Era o espaço da vivência e da comunidade, construído pelo grupo e para o grupo, recebia e promovia festas, eventos ligados à negritude daquele bairro e de outros lugares da cidade. Isso fica claro nos jornais da imprensa negra:

Figura 8, 9 e 10: Recortes Jornalísticos de Sociabilidade no Clube do São Geraldo



Fonte: Jornal O Clarim, São Paulo, 1932; Jornal O Clarim, São Paulo, 1932; Jornal a Liberdade. 1920.

Observando alguns recortes jornalísticos dá para ter uma dimensão do significado do espaço do clube, indo muito além do futebol. Através dos jornais foi possível observar também o alinhamento entre os clubes de futebol e a imprensa negra. Esse alinhamento é resultado do associativismo negro da época que formava uma grande rede de integração:

“na qual os elementos que constituíram suas articulações são provenientes de determinados repertórios étnicos, os quais foram acionados para possibilitar a existência dos mesmos, criando vínculos de sociabilidade e demarcando seus espaços em uma São Paulo que se pretendia, exclusivamente, branca, embora também se constitui-se negra. (SILVA, 2018, p. 178)

A “rede negra” a qual o historiador Marcelo Vitale identificou em seu trabalho, foi observada em muitas organizações ao longo da cidade, desde os cordões carnavalescos à colocação política da Frente Negra Brasileira. O “nóis por nóis”, que consiste na ideia do negro se articular entre os seus para a melhoria dele e de seu grupo, do qual o rapper Emicida dá ênfase no contexto atual, foi uma realidade que marcou o território na cidade de São Paulo a partir da década de 1920.

Figura 11 - São Geraldo Campeão



Fonte:- Jornal O Clarim da Alvorada, Janeiro de 1932

4. DESTERRITORIALIZAÇÃO: “VEIO O PROGRESSO FEZ DO BAIRRO UMA CIDADE”

As transformações urbanas ocorridas nos arredores da Barra Funda, principalmente na década de 40, reconfiguraram o espaço daquele bairro, impactando a vida cotidiana dessa população. Com o pressuposto da higienização (ROLNIK, 1989), muitos cortiços seriam demolidos, uma vez que já que contrastavam com os “novos parâmetros burgueses de organização social e espacial”. Dessa maneira, FERREIRA (2016, p. 23) nos diz que “além do que se erguia, havia muito o que retirar”. Essas desconstruções foram movidas “pelo temor da pobreza e suas supostas moléstias”, mas também principalmente “pelos desconfortos promovidos pelo choque de sua cultura refinada com o modo de vida dos trabalhadores”. É no bojo desse pensamento higienista que as “elites arranjaram motivo para expulsar de perto os pobres”.

Isto posto, a compreensão das transformações ocorridas na Barra Funda passa pelo entendimento dos processos de urbanização ocorreram primeiramente nos bairros vizinhos. Este é o caso dos Campos Elíseos, “fronteira” mais próxima. No caso deste bairro, as transformações estiveram ligadas ao declínio do café, que, atrelada à lei do inquilinato:

“congelou os aluguéis, desestimulou essa forma de investimento por parte dos proprietários. Muitos palacetes foram fechados ou ficaram sem reformas, o que contribuiu para sua deterioração e desvalorização como forma de renda, outros foram vendidos e demolidos para instalação de novas edificações” (2007,p.91)

Vale ressaltar que, a essa altura, a Avenida Rio Branco, a Duque de Caxias e a Barão de Limeira, já tinham sido alargadas, como parte do Plano de Avenidas de Prestes Maia. Assim sendo, tendo a ideologia da priorização das vias, com o intuito de favorecer o automóvel já dava sinais que a metropolização estava a chegar naquele bairro. Prova disso, foi o grande movimento de verticalização (verticalização que serviu principalmente ao setor comercial) do bairro, resultando na implosão-explosão, que faria daquele espaço cada vez mais funcional e fragmentado, tornando-se um grande lugar de passagem. (BRANQUINHO, 2007)

Nesse novo estágio de desenvolvimento econômico, nos diz o autor:

"apoiado sobretudo na industrialização, o avanço desse processo estabelecendo uma maior divisão social do trabalho, conduz a uma reestruturação urbana, através da

reorganização espacial do trabalho, com a indústria e a população que se direcionam para os subúrbios, enquanto na área central passa a concentrar o comércio, os serviços administrativos, como escritórios das empresas, desconcentrando para o seu entorno os estabelecimentos comerciais e de serviços menos valorizados" (BRANQUINHO, 2007, p.87)

Ao passo que o Campo Elíseos acompanhava a retirada estratégica da burguesia do café, o bairro de Higienópolis -que também se verticalizava- muito próximo à Barra Funda, se consolidou como reduto da elite da cidade. O processo de valorização deste bairro, está muito atrelado à construção do Complexo Poliesportivo do Pacaembú.

4.1 O Complexo Poliesportivo do Pacaembú

O Complexo Poliesportivo do Pacaembú, inaugurado em 1940, mudará drasticamente o entorno e os bairros mais próximos. A Avenida Pacaembú, uma das principais vias de acesso ao Estádio, receberá melhoramentos do poder municipal. Vale lembrar que, a construção do Complexo fez parte de uma grande relação público/privado, que trazia consigo o grande interesse imobiliário da Companhia City.

Figura 12 - Fotografia do Pacaembú e áreas adjacentes



Fonte: Revista A Cigarra, Maio de 1934 (adaptações feitas pelo autor)

A fotografia aérea publicada na revista “A Cigarra”, se trata de um anúncio da Companhia City, detentora do terreno do que hoje é o Pacaembú. De acordo com ASSUMPÇÃO, a empresa que atuava no setor imobiliário “e de melhoramentos urbanos inspirados na experiência dos bairros jardins ingleses, adquiriu uma área total de mais de 12 milhões de metros quadrados em São Paulo, tornando-se proprietária do equivalente a 37% do perímetro urbano da cidade”. Ainda segundo o mesmo autor, na década de 20 a City cedeu ao Município o terreno do Vale do Pacaembú para que fosse construído um estádio, mas a prefeitura não prosseguiu com as obras e o terreno ficou abandonado, desvalorizando os empreendimentos da companhia que ficavam no entorno. Assim sendo, “a construção do estádio, portanto, era essencial para os interesses econômicos da companhia City, que tinha dificuldade para vender seus imóveis no bairro”. Vale ressaltar ainda que a Companhia tinha a estratégia de “tornar o poder público responsável pela pavimentação das ruas ao redor, além de financiar metade do custo da construção do estádio”. (ASSUMPÇÃO, 2019, p. 24-25)

Entre idas e vindas, acordos e desacordos, o Estádio foi financiado completamente pela prefeitura, que também pavimentou 5 km de vias no bairro, aumentando também as linhas de transportes que levavam à região. Em contrapartida, o terreno do estádio passou para o poder municipal. Pode-se perceber uma relação público x privado, onde o Estado cria condições para o capital privado, asfaltando ruas, aumentando o número de linhas de transporte e construindo um estuendo empreendimento que favorecerá a Companhia City. (ASSUMPÇÃO, 2019)

O prolongamento da Avenida Pacaembú, acompanhado pelo processo de construção do Complexo Poliesportivo, afetará um dos espaços de sociabilidade mais importantes da população negra da Barra Funda: o Largo da Banana. Conforme a urbanista Renata Monteiro Siqueira (2019, p. 8) “a via foi estendida do cruzamento com a rua General Olímpio da Silveira, onde ela então terminava, até o limite da ferrovia, na altura da rua Barra Funda”. No mais, esse prolongamento fazia parte do Plano de Avenidas elaborado por Prestes Maia. O plano, formulado em 1930, era baseado e “formado a partir da associação do modelo de Perímetro de Irradiação de Eugène Hénard e o sistema radial perimetral de Joseph Stubben”, e tinha como

elemento primordial o “transporte de superfície -transporte feito no nível da rua”. (SANTOS, 2014, p.29)

Dentro deste cenário, no ano de 1945 o “Decreto nº 647”, será muito importante no que tange o processo de desterritorialização da comunidade negra do Largo da Banana, pois renovaria “a definição de áreas necessárias ao prolongamento da avenida até a futura Ponte da Casa Verde como de utilidade pública, para fins de desapropriação” (SIQUEIRA, 2019, p.7). Embora a construção do viaduto acontecesse somente na década de 1950, os contornos burocráticos do poder municipal já iam se articulando.

É importante lembrar que, o prolongamento da Avenida Pacaembú, já tinha alterado e impactado o espaço do Largo da Banana, porém, é com a construção do viaduto que se desconstrói completamente o antigo espaço de sociabilidade. Observando as mudanças ocorridas no bairro, Geraldo Filme com o seu olhar atento escreveu este samba:

“Veio o progresso,
fez do bairro uma cidade
Levou a nossa alegria
Também a simplicidade
Levo saudade
Lá do Largo da Banana
Onde nós fazia samba
Todas noites da semana
(...) Adeus, Barra Funda...”

(O último sambista, Geraldo Filme) (grifo meu)

Neste precioso samba de Geraldo Filme, observamos a transformação do bairro em cidade. Essa “transformação”, no olhar do sambista, mudou o sentido e o uso daquele lugar. O espaço da apropriação (o bairro) dá lugar à “cidade”, ou seja, ao espaço de passagem, o espaço de alienação, onde o uso é mediado pelo valor de troca. À vista disso, a destruição do Largo da Banana e a construção do progressista viaduto Pacaembu, confirmam a hegemonia do Estado, favorecendo as vias de circulação e os automóveis, utilizando de “seu poder planejador”, como nos diz CARLOS (2001, p. 24), “para, “em nome do interesse público”, desapropriar áreas imensas da metrópole, instalando na sequência, a infraestrutura necessária ao desenvolvimento

da nova atividade, e, com isso, mudando o uso, a função e o sentido dos lugares”. Atrelado a tais mudanças, reafirma-se, também, o desaparecimento da memória daquele Largo, transformando também o imaginário -imaterial-, isso porque não havia, até o ano de 2019, ao menos uma placa evidenciando o antigo uso e seus agentes.

Vale ressaltar, que se trata de um espaço considerado o “berço do samba paulista!”. Sobre essa perda da memória ocasionada pelas incessantes transformações urbanas, CARLOS comenta que:

“Em uma metrópole superedificada como São Paulo, onde o ritmo do que se chama “progresso” destrói constantemente e ininterruptamente áreas urbanas pelo ato incessante de construção de novas formas, esse movimento provoca o desaparecimento das marcas e referências do passado histórico, presente nas construções, nas fachadas, nas ruas e praças”. (2001, p. 33) (grifo meu)

Assim sendo, compreendendo a dinâmica e a conexão de todos esses elementos ao longo do espaço, o processo violento de valorização econômica da Barra Funda resultará, entre outras coisas, na desterritorialização dessa população. Esse movimento remete às “fronteiras relativas”, na qual a todo momento “estão se produzindo novos espaços de valorização econômica, aquecendo a economia moderna, mas destituindo a condição de moradia e de vida urbana possível para parte substantiva da população urbana” (DAMIANI, 2016, p. 7).

No mais, a destruição da Barra Funda é também a destruição do que RAMOS (2002, p. 71) denominou como antigo bairro. Segundo o autor: “o antigo bairro foi destruído, inclusive fisicamente, sendo recortado por viadutos, grandes avenidas, muros, enfim, equipamentos urbanos que a configuração da grande metrópole demandava”.

Dado o exposto, a população negra da Barra Funda:

“manteve-se no bairro apenas até o fim dos anos 1940 (...). A série de alterações econômicas e espaciais expulsou-os gradualmente da Barra Funda de cima sendo o encarecimento dos aluguéis o estopim para que atravessassem o rio e fossem viver em bairros como a Casa Verde e a Freguesia do Ó, onde as moradias possuíam preços mais abordáveis”. (SILVA, 2016, p. 19-20) (grifo meu)

O depoimento de um ex-morador da Barra Funda, contido no trabalho de Oliveira escancara o processo: “Olha todos eles foram para a periferia, sabe por quê? Um grande número deles morava nos porões, e muitas casas foram demolidas (...) e os aluguéis também altíssimos, quem morava num porão, pra alugar uma casa tinha uma diferença grande”. (OLIVEIRA, 1998, p. 85).

O “adeus” à Barra Funda foi cantado por Geraldo Filme em sua obra “vou sambar n’outro lugar”. Neste samba, o processo de desterritorialização é acompanhado da reterritorialização, quando o sambista indica que irá para outro lugar. De acordo com DELEUZE e GUATTARI (1997, p.224 Apud HAESBAERT 2004, p. 127) “podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, é a “operação da linha de fuga”. E esse processo, como já sabemos, é sempre acompanhado de uma reterritorialização, tido como uma reconstrução do território. Abaixo, a letra deste memorioso samba:

Fiquei sem o terreiro da Escola
Já não posso mais sambar
Sambista sem o Largo da Banana
A Barra Funda vai parar

Surgiu um viaduto é progresso
Eu não posso protestar
Adeus, berço do samba
Eu vou-me embora
Vou sambar noutro lugar

(Vou Sambar Noutro Lugar, Geraldo Filme)

A pesquisadora Diana Mendes da Silva não se debruçou sobre os destinos dos negros que saíram da Barra Funda, no entanto indica o sentido da migração: Casa Verde e Freguesia do Ó pertencem à Zona Norte da cidade. Raquel Rolnik (2017) também comenta sobre a direção da mobilidade negra dentro da cidade de São Paulo. De acordo com a autora, caminhou na direção dos morros periféricos, “confirmando uma rede de lugares de cultura, religião e socialização afro-brasileiras”.

5. Reterritorialização: “a zona norte tem raízes, samba candomblé, gente africana”

Dentro dessa mobilidade negra para a zona norte, destacamos a Casa Verde, considerada pelo intelectual e sambista Tadeu Kaçula como uma “Pequena África Paulistana”, devido ao grande número de entidades e organizações identificadas com a comunidade negra, resultado da grande presença negra na região. Entre essas entidades ao longo do território da Casa Verde destacamos as muitas Escolas de Samba, os Terreiros de Umbanda e de Candomblé, os times de futebol e a Irmandade de São Benedito. Essas instituições surgiram exatamente no contexto da reterritorialização, entre os anos 40, 50 e 60.

O minucioso trabalho de Bruno Garcia sobre as Memórias Afrodiaspóricas do Parque Peruche, utilizando dos estudos de RIBEIRO e FRIAS (Apud GARCIA, 2018), revela um movimento muito importante: a ação política, social, econômica e territorial da Frente Negra Brasileira (FNB), que lutou por moradia na cidade de São Paulo nas décadas de 1930, 1940 e 1950, comprando lotes de terras na Zona Norte e facilitando a ida de muitas famílias de negros para aquela região:

“A Frente Negra foi responsável pela aquisição de boa parte dos lotes que tinha acabado de ser disponibilizados para venda no novo bairro, que se formava na Casa Verde como subdistrito, parques e vilas, pois o fato de a Casa Verde ser um bairro com dimensões territoriais bastante privilegiadas criou essa subdivisão com pequenas vilas e parques para que houvesse uma forma de organizar o bairro como um todo”. (MATHEUS, 2019, p. 34)

5.1 O Parque Peruche

Entre os bairros dos quais a Frente Negra comprou lotes, destaca-se o Parque Peruche:

“Dentre esses subdistritos, destaca-se o Parque Peruche por sua formação geográfica, que mostra claramente a divisão dos terrenos que foram loteados e comprados pela direção da Frente Negra Brasileira. Outro aspecto importante que coloca o Parque Peruche em destaque é a quantidade de famílias negras por metro quadrado em todo o bairro, pois a segregação étnico-racial do início do século XX foi um dos principais estopins para que houvesse uma ação de arregimentar e incluir socialmente essa massa que estava sendo expulsa da região central da cidade, que passava por um processo de elitização projetada pela elite paulistana”. (MATHEUS, 2019, p. 34)

Mais uma vez é imprescindível falar sobre a importância da Frente Negra Brasileira, enquanto organização política que buscou de diversas formas retirar o negro do espaço de segregação. Como destacou MATHEUS:

foi a organização que se responsabiliza por cuidar das outras questões relacionadas à população negra; dentre elas, a participação em clubes negros como o Aristocrata Clube, times de futebol como o Monte Azul do Parque Peruche e cordões carnavalescos como o grupo Camisa Verde como forma de reorganizar a “comunidade” negra, que estava dispersa nas regiões periféricas da cidade, sem qualquer estrutura que lhe desse alguma condição de viver dignamente na sociedade paulistana. Essas organizações esportivas e culturais pensadas e mobilizadas pelos dirigentes da Frente Negra Brasileira tinham um caráter fundamentalmente ligado a uma política de inclusão social, preservação de tradições negras, resistência étnico-cultural e de organização étnico-social. Ao longo dos anos que sucederam essas ações, houve um significativo avanço social na vida das famílias negras que foram habitar os subdistritos os quais formam o bairro da Casa Verde.” (2019, p. 35)

Desta maneira, antes de tudo, é fundamental compreender essa reterritorialização para a zona norte como parte de um processo de metropolização da cidade, que articulou:

de diferentes maneiras, os níveis e os momentos da vida social e que ao se territorializar redefine sem cessar o quadro de vida existente. É o processo de adequação das cidades ao ritmo, sentido e necessidades do desenvolvimento desta sociedade urbano-industrial. Como já se tem demonstrado, no estudo das cidades, esse desenvolvimento implicou transformações urbanas de grande monta; as intervenções higienistas, o urbanismo utilitarista e segregador como o dos bairros jardins, dos grandes boulevards e da produção do espaço urbano como suporte de condições gerais sociais de produção, com as grandes obras de engenharia pesada: pontes, viadutos, energia, transportes. É assim que a cidade vai sendo transformada e produzida para ser o lócus de acomodação do processo de industrialização e núcleo do processo de modernização da sociedade. (SEABRA, 2001, p.1)

A adequação à cidade urbano-industrial perpassa, como nos diz Seabra, em fragmentar o espaço e a vida social, separar o lugar das festas do lugar do trabalho, segregar populações através de um urbanismo preocupado em gerar condições sociais de produção, contando com grandes obras que inserem a cidade no processo de industrialização. É no bojo deste movimento que o bairro do Parque Peruche será ocupado, na lógica da segregação sócio-espacial, que direciona a população mais pobre para bairros com pouca infraestrutura.

Neste contexto, nota-se no Parque Peruche (RAMOS, 2002, p. 71) “uma centralização do antigo bairro”, isso quer dizer “com o avanço da urbanização e a consequente configuração da metrópole, o centro tradicional se amplia, ao mesmo tempo em que novos centros são

produzidos”. Esse debate nos leva também à importante compreensão de que “o bairro só existe diante da cidade”.

São nesses bairros que a vida se realiza em sua experiência mais profunda e complexa (SEABRA, 2001), distante da cidade, mas sem deixar, ao mesmo tempo, de reproduzi-la em sua própria negação. Desta maneira, as territorialidades negras no Parque nos revelam a reaproximação com esse modo de viver atrelado ao bairro, onde as festas da igreja, os clubes de futebol, as escolas de samba e os terreiros remetem a um espaço-tempo da apropriação.

5.2 O Rio e o Futebol

A proximidade com o rio Tietê conferiu aos moradores da Casa Verde e, em especial do Parque Peruche, experiências com o rio e sua várzea que fazem parte de uma memória coletiva atrelada àqueles bairros:

“Descer dos morros do Parque Peruche e Casa Verde em bando, com a sacola de uniformes nas costas, se aventurar por um trajeto cheio de possibilidades, até chegar nos campos da várzea do Tietê, para lá jogar três ou quatro jogos. Nadar e pescar nas lagoas e só retornar ao anoitecer. Memórias de um tempo idílico, onde contam que dos bairros da Lapa à Penha existiam mais de 100 campos de futebol de várzea que beiravam o rio Tietê”. (FAVERO, 2019, p.28)

Observar o contexto da várzea é muito importante, pois é em torno dela que muitos clubes irão surgir. Dentro da reterritorialização, o futebol é uma marca muito importante dentro do Parque Peruche, os muitos clubes que ali surgiram, como o Monte Azul, a Ponte Preta do Parque Peruche, o Fluminense do Parque Peruche, Alviverde e afins, traziam consigo uma ampla maioria de jogadores negros, negros esses, recém-chegados ao bairro. Assim sendo, o futebol foi uma forma importante de integração entre novos vizinhos.

Figura 13 - Alviverde do Parque Peruche, 1962



Fonte: Acervo do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, do Museu do Futebol

A fotografia do Alviverde do Parque Peruche, além de evidenciar o grande número de jogadores negros que formava o time, mostra a presença das mulheres e das crianças, confirmando o caráter agregador do espaço dos times de várzea, onde a família toda estava inserida. Além disso, revela também a presença de jogadores brancos que, embora fossem minoria neste caso, revelam o caráter de sociabilidade da várzea. Esse caráter tem muita conexão com a própria vida no bairro, isso porque “a vida de bairro, impulsionada pela industrialização em São Paulo, foi levada a um extraordinário sincretismo, porque reuniu matrizes culturais diversas. Reuniu aos negros, brancos e índios” (SEABRA, 2004, p.73)

Desta maneira, muito entrelaçado ao futebol, as Escolas de Samba também são forte evidência dessa reterritorialização. A Escola de Samba Unidos do Peruche, fundada em 1956 é um grande exemplo da interseccionalidade dos integrantes das organizações: “os times de futebol da região, como Monte Azul, Ponte Preta do Morro e Estrela do Sul, ajudavam a escola emprestando seus instrumentos. Mesmo assim, eram insuficientes para o tamanho da Peruche”. (MATHEUS, 2019, p.65)

Esse conjunto de sociabilidades afirmam o bairro e ao passo que ele se reafirmava “que seus moradores encontravam trabalho, que a vida local aprofundava as práticas de sociabilidade tanto as festas religiosas como a recreação nos clubes de bairro onde estava o futebol, o baile, mais crescia o sentimento de pertencer ao lugar, mais profundos nos seus enraizamentos ficava a vida de bairro”. (SEABRA, 2001, p.04)

Vale ressaltar que a criação da Unidos do Peruche foi idealizada por um integrante que “bebeu nas águas” da Escola de Samba Lavapés, enquanto ritmista e frequentou, ao lado da Madrinha Eunice, o samba de Pirapora em Bom Jesus: Seo Carlão do Peruche. Sobre essas conexões, e se atentando ao movimento de desterritorialização e reterritorialização:

“Com a desterritorialização dos negros das regiões centrais após os anos 30, o grupo fixou-se na nova periferia. No Parque Peruche e regiões próximas ao bairro da Casa Verde e bairro do Limão surgiram a Escola de Samba Unidos do Peruche, a E. S. Rosas de Ouro e a E. S. Morro da Casa Verde como resultado desse processo”. (SILVA, 1998, p. 77).

Dado o exposto, além das escolas mencionadas pelo autor, podemos citar muitas outras que são resultado dessa reterritorialização como a Império da Casa Verde, Morro da Casa Verde, Mocidade Alegre e fazer conexões entre essas trajetórias individuais, e que também são coletivas, entre os sambistas.

5.3 Entre o sagrado e o profano

No plano religioso, o bairro contou com a referência da Igreja Nossa Senhora das Dores, localizada na Vila Baruel. Porém, a partir da grande mobilidade negra para a região, fez-se necessário a criação da Irmandade de São Benedito, santo com o qual os negros se identificavam. As festividades, os cortejos e as procissões ao redor da paróquia refletiam “o centro da vida de bairro” (SEABRA, 2001, p.04).

O depoimento de Dona Luzia, falando do primeiro aniversário da Irmandade e da integração com outras Irmandades da cidade, revela o quanto as atividades da igreja ganhavam o apoio da comunidade, movimentando os moradores, se misturando com o espaço do lar:

“[...] depois da missa, o café para os irmãos era servido numa serraria que as pessoas limpavam e enfeitavam. Para o almoço, minha mãe e outros fundadores os levavam para nossas casas. Em algumas das residências, como na nossa, também tinha samba. E isso virou uma tradição.” (MATHEUS, 2019, p.55)

Além disso, vale ressaltar as relações de vizinhança que misturam a vida pública com a privada, fazendo do bairro um espaço de relações societárias amplas, “baseada em larga medida no compartilhamento de referências espaciais comuns, como o espaço do encontro, construído na vida cotidiana” (RAMOS, 2002, p.66).

No entanto, não se contrapondo, aliás, muito pelo contrário, um espaço novo de religiosidade nos chamou a atenção. O terreiro que iniciou como Umbanda e posteriormente se tornou Candomblé, Ilé Asé Iya Mi Osun (fundado em 1956) da mãe Kateçu, representou um forte lugar de agregação religiosa no bairro do Parque Peruche. De matrizes africanas, com elementos bantus oriundos de Angola e do Congo, o espaço era (e ainda é) a representação viva de outras temporalidades e de outras espacialidades que desembarcou no Brasil no processo da diáspora forçada.

Diferente da igreja que possui um lugar alheio, o terreiro, enquanto espaço físico, é parte da casa do líder religioso (babalorixá, se for homem e yalorixá se for mulher). Isso é uma prática resultante da escravidão onde:

“as moradias dos negros, ainda que precárias, eram utilizadas tanto na realização de festas religiosas quanto na construção dos altares sagrados das divindades. O uso do mesmo espaço para a moradia dos negros e para o culto a seus deuses foi uma característica dos primeiros templos das religiões afro-brasileiras” (...). “O terreiro não possui uma arquitetura exterior visivelmente diacrítica, como a de templos de outras religiões (como as igrejas católicas), por isso, sua aparência confunde-se na paisagem urbana da rua, cercada de casas residenciais. Para qualquer transeunte desavisado, fica difícil saber que ali funciona um terreiro de candomblé”. (DOMINGUES, 2007, p. 31)

Assim sendo, o terreiro permanece como um templo das religiões de matizes africanas no Brasil até os dias atuais (SILVA, 1994), sendo que, entre os espaços da casa e do barracão (nome dado

ao terreiro), a divisão é pouco rigorosa (DOMINGUES, 2007). Trata-se, fundamentalmente, do lugar da partilha, onde as festas abertas ao público, acomodam diferentes classes sociais. São esses espaços, construídos pela ótica da comunidade e extremamente identificados com a comunidade negra a do Parque Peruche, que irão alimentar o bairro enquanto tal.

Por outro lado, o crescimento dessas organizações, com implemento dos “registros dos clubes”, através também da institucionalização e da criação da Liga das Escolas de Samba na qual a Unidos do Peruche se inseriu e também a partir de federações que regulamentavam os terreiros, notamos o quanto a “cidade se fazia cada vez mais presente” e a introdução da monetarização uma realidade. Esse é o processo que dá início à negação do bairro, que nos mais, gerará uma mudança nos grupos que irão realizar tais práticas. (SEABRA, 2001)

De maneira geral, é por meio da negação do próprio bairro que outros processos de desterritorialização e reterritorialização começarão a ocorrer novamente. Observando as transmigrações ao longo do território e utilizando dos escritos de Alex Ratts (2006, p. 67) “é possível concluir que o corpo negro se move por essa cartografia cultural, consciente ou inconscientemente, em transe ou em trânsito, embalado em trilhas sonoras do Atlântico negro, acústicas e/ou eletrônicas: afoxé, congada, samba, blues, jazz, reggae”, sem esquecer, por outro lado, dos processos de produção da cidade, extremamente segregatórios.

Dado o exposto, o Parque Peruche mantém a sua identidade com a população negra, além de manter-se como um bairro com uma presença negra significativa. Porém, a Casa Verde, embora preserve as instituições fundadas pelos negros, já não conta com tantos negros entre os seus moradores, resultado das novas “fronteiras relativas”. Foi o que nos mostrou o belíssimo trabalho feito por Reinaldo José de Oliveira sobre a Segregação Urbana e Racial na Cidade de São Paulo.

“Os japoneses, portugueses, espanhóis e os setores de melhor posição social, sabendo da potencialidade da Casa Verde e do quadro social dos moradores do local, compraram sem muitas resistências as propriedades dos negros, derrubaram o que estava construído e levantaram outras habitações no lugar das casas simples”. (...) A segregação e o território, conforme a história social dos negros no século XX é o constante movimento da desterritorialização e da reconstituição de novos espaços. A história das territorialidades e da segregação não é um fenômeno isolado no tempo e no espaço, elas se constituem e deixam seus registros na terra, na materialidade e na subjetividade. As causas e efeitos da

segregação e do território em São Paulo estão interligados e suas fases se complementam”. (OLIVEIRA, 2008, p. 191-192)

Por último e não menos importante, compreendendo o movimento em direção à zona norte (seja para a Casa Verde, Freguesia, Brasilândia, Cachoeirinha e afins) o samba da Velha Guarda da Escola de Samba Camisa Verde e Branco enfatiza as raízes dessa população, fazendo referência ao Largo da Banana:

“Sambistas que deixaram relicários
Transformando o cenário
Samba a nova geração ...
Das Perdizes, Barra Funda
Através do Largo da Banana
A Zona Norte têm raízes
Samba, Candomblé, gente africana”

Nata do Samba – Velha Guarda da Escola de Samba Camisa Verde e Branco

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto, o negro na cidade de São Paulo tem suas referências históricas-espaciais quase todos destruídos pelo processo econômico, uma vez que, como vimos nesta pesquisa, através das grandes transformações urbanas, muda-se forma e função, ou seja, o antigo uso desaparece. Esse movimento, como já fora dito, contribui para um apagamento da apropriação simbólica do espaço dos sujeitos negros, perpetuando algumas narrativas, criando novas e destruindo aquelas que não convêm.

É por meio desse movimento que, depois de percorrer estas páginas, enxergamos a descaracterização dos territórios negros na cidade e suas consolidações através das narrativas imigrantes. Neste sentido, é preciso pontuar que, não se trata de uma conspiração contra os imigrantes, muito pelo contrário, até porque tais sujeitos também estiveram inseridos no processo de segregação da cidade, mas é preciso pontuar que suas narrativas, tal qual como foi planejado pelo poder institucional, como vimos aqui, foram as narrativas escolhidas para se perpetuar (vide Bixiga e Liberdade). Dessa maneira, é preciso que se dispute cada espaço de sociabilidade, é preciso que se recupere a memória do espaço urbano onde o negro foi protagonista, tirá-lo do

apagamento tal como os movimentos que estão reivindicando os lugares de memória negra estão tentando fazer.

É importantíssimo também pontuar, o quanto a espacialidade do negro no período tratado nesta pesquisa foi marcante, superando, em um primeiro momento, a marginalidade na qual estava inserido, colocando suas atividades lúdicas na rua, na exposição. Em um segundo momento, porque transgrediram as normas estabelecidas, a ordem e os bons costumes, frutos da modernidade europeia que se avançava em solo paulistano e que restringia a vivência no espaço público. Sendo assim, tais práticas, além de lúdicas e culturais, serviram de aporte político de apropriação do espaço, formas de resistência (WISSENBACH, 2018) ao processo avassalador de fragmentação e funcionalização da vida social.

Essas sociabilidades negras, no mais, representavam um sentimento de pertencimento que segundo WISSENBACH (2018, p. 27) era “elemento central no processo de reorganização social dos africanos e dos afro-brasileiros, ”, que irá resultar no “associativismo negro”, exemplificado pelas famílias de santo dos candomblés, nos cordões carnavalescos e outras formas de vivenciar o espaço. É importantíssimo lembrar que, essas práticas se inserem ao processo da diáspora africana (GALANTE, 2015) e por isso se assemelham a nível do bairro, da cidade, do país e até continentalmente (à exemplo das expressões musicais semelhantes em outras partes da América Latina).

O poema de Elisa Lucinda nos revela essas interconexões espaciais/históricas:

Pareço Cabo-verdiana
pareço Antilhana
pareço Martiniquenha
pareço Jamaicana
pareço Brasileira
pareço Capixaba
pareço Baiana
pareço Cubana
pareço Americana
pareço Senegalesa
em toda parte
pareço
com o mundo inteiro
de meu povo
pareço

sempre o fundo de tudo
a conga, o tambor
é o que nos leva adelante
pareço todos
porque pareço semelhante

Constatação – Elisa Lucinda

Por último, não se pode dar este trabalho como finalizado uma vez que o fluxo econômico da territorialização do capital na cidade continuou e continua a ocorrer, marginalizando o negro e o pobre, empurrando-o cada vez mais para as periferias (OLIVEIRA,2002). Isto posto, se mostra importante que novas pesquisas acompanhem este movimento no pós Casa Verde e Parque Peruche, compreendendo também as novas formas e estratégias que o capital utilizará para se territorializar, uma vez que este trabalho abarca os anos de 1920-1950.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, J. E. Tendencias y problemática actual de la Geografía. 1984.

ASSUMPTÃO, R. R.. Estádio do Pacaembu - modernidade e obsolescência (1921-1970). 2019. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.16.2019.tde-26092019-162905. Acesso em: 2020-12-14.

BRAGA, T. J. K. A territorialidade do corpo negro na USP. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.8.2020.tde-03032020-162818. Acesso em: 2020-12-21.

BRANQUINHO, E. dos S.. Campos Elíseos no centro da crise: a reprodução do espaço no centro de São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-01062007-132814. Acesso em: 2020-12-21.

BRUNET, R. « Territórios », Confins [En ligne], 32 | 2017, mis en ligne le 10 octobre 2017, consulté le 27 décembre 2020

Carlos, A. F. A. Condição Espacial. São Paulo. Contexto, 2015.

_____. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. Editora Contexto, 2001.

_____. REPENSANDO A GEOGRAFIA URBANA. Revista do Departamento de Geografia, [S. l.], v. 6, p. 119-122, 2011. DOI: 10.7154/RDG.1992.0006.0011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47117>. Acesso em: 27 dez. 2020.

CORRÊA, R. L. O espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1995.

DE CASTRO, M. S. Bexiga: um bairro afro-italiano. Annablume, 2008.

_____. M. S. Quilombos Urbanos. Gelédez. 2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/quilombos-urbanos/>> Acessado em: 25-11-2020.

CUÍCA, O. da; DOMINGUES, A. Batuqueiros da paulicéia. São Paulo: Editora Bracarolla, 2009.

DAMIANI, A. L.. A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra. Revista Continentes, n. 9, p. 12-24, 2016.

DE AZEVEDO, C. M. M. “Onda negra, medo branco.” Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1987.

DOMINGUES, P. O “campeão do Centenário”: raça e nação no futebol paulista. *História Unisinos*, v. 19, n. 3, p. 368-376, 2015.

_____. O "tríduo da loucura": Campos Elyseos e o carnaval afro-diaspórico. *Tempo*, v. 19, n. 35, p. 117-142, 2013.

_____. Os clubes e bailes blacks de São Paulo no pós-abolição: notas de pesquisa. *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, v. 25, 2009.

DOS SANTOS, C. J. F. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915*. FAPESP, 2008.

DOZENA, A. *A geografia do samba na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação PoliSaber, 2011.

FAVERO, R. P. F. 'A várzea é imortal': abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.

FERNANDES, F. *Integração Do Negro Na Sociedade de Classes*. V. 2. Vol. 2. Globo Livros, 2008.

FERNANDES, B. M.. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera, Presidente Prudente*, ano 8, n.6, p. 24-34, 2005. Disponível em:

< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436> > Acesso: 14/12/2020

FERREIRA P. B. S. *A Avenida de mil vias: conflito, contradição e ambivalência na modernização de São Paulo (1890-1920)* / Pedro Beresin Schleder Ferreira ; orientadora Ana Lúcia Duarte Lanna. - São Paulo, 2016

GALANTE, R. B. F. *Da cupópia da cuíca: a diáspora dos tambores centro-africanos de fricção e a formação das musicalidades do Atlântico Negro (Sécs. XIX e XX)*. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G.. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

_____. Rogério. Dos múltiplos Territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> acessado em 12/12/2020

_____. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território, poesia e identidade. *Espaço e cultura*, n. 3, p. 20-32, 1997.

HARVEY, D. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2004, p. 135-166.

HORI, I. M. Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): contribuição ao estudo da resistência e da repressão cultural. São Paulo, FFLCH-USP, 1981.

LEFEBVRE, H. Da Cidade à Sociedade Urbana. IN: A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 p. 15-32

_____ La production de l'espace. 4°. Paris: Anthropos. 2000.

_____ The Production of Space, translated by Donald Nicholson-Smith, 8th edition, Oxford/UK-Cambridge/USA, Blackwell Publishers, 1997.

MATHEUS, T. A. Casa Verde: uma pequena África Paulistana. Éd. LiberArs. São Paulo, 2019.

MORAES, A. L. "Memórias da população negra da cidade de São Paulo: Igreja Nossa Senhora do Rosário". Trabalho de Graduação Integrado, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.

MORAES, A. C. R.. Geografia: pequena história crítica. Annablume, 2003.

MORAES, W. R. de. Escolas de samba de São Paulo. São Paulo: IMESP, 1978.

MORSE, R. M.; KERBERG, M. A. M. Formação histórica de São Paulo: (de comunidade à metrópole). São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

OLIVEIRA, R. J. Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Angela. 2008.

PINTO, R. P. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. Fundação Carlos Chagas, 2013.

RAMOS, A. W. Espaço-tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do “bairro” da Água Branca. Revista do Departamento de Geografia, v. 15, p. 65-75, 2002.

_____ Fragmentação do espaço da/na cidade de São Paulo: espacialidades diversas do bairro da Água Branca. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/D.8.2001.tde-06052003-160403. Acesso em: 2020-12-27.

RATTS, A. Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto, 2006.

ROLNIK, R. São Paulo, virada do século: espaço e política. Espaço & Debates, São Paulo, n. 17, 1986.

_____. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. Studio Nobel, 1997.

_____. Negros na cidade de São Paulo: presença invisível ou incômoda? Blog da Raquel Rolnik. 2017. Disponível em: Acesso em: 01-05-2019.

SACK, R. D. Human territoriality: its theory and history. CUP Archive, 1986.

SANTOS, B. G. dos. Memórias Afrodiaspóricas em Território Negro Paulista: Práticas ancestrais no Parque Peruche. 2018. 131 f. Projeto de Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

SEABRA, São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. in: CARLOS, F. OLIVEIRA, A. (org.). Geografias de São Paulo: representação e crise. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. Revista Cidades, v. 1, n. 2, 2004.

_____. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. in: CARLOS, F. OLIVEIRA, A. (org.). Geografias de São Paulo: representação e crise. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana. Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, p. 75-96, 2001.

_____. Urbanização e fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir de estudo do bairro do Limão. 2003. 453 p. Tese de Doutorado. Tese (Livro-docência em Ciências Humanas: Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, R. E. dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. Questões urbanas e racismo– Petrópolis, RJ. Brasília, DF: ABPN, 2012. 400p. Org. por Renato Emerson dos Santos. Coleção Negras e negros: pesquisa e debates.

SCIFONI, S. LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA NA METRÓPOLE PAULISTA. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 17, n. 1, p. 98-110, 2013. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74304. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74304>. Acesso em: 27 dez. 2020.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), n. 32, p. 89-109, 2012.

SEVCENKO, N. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário. Incursões na entropia paulista. Revista USP- no. 63.

SILVA, E. As Camélias do Leblon. Companhia das Letras, 2003

SILVA, D. M. M. da. A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928-1950). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-29102013-113153. Acesso em: 2020-12-2

SILVA, J C. G. da. Os suburbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo (1900-1930). 1990. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, M. V. T da. Territórios negros em trânsito: Penha de França - sociabilidades e redes negras na São Paulo do pós-abolição. 2018. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-27032019-170741. Acesso em: 2020-12-21.

SIQUEIRA, R. M. (2020). Largo da Banana and black presence in São Paulo's history. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, 28.

SOMMER, M. F. Territorialidade negra: a herança africana em Porto Alegre: uma abordagem sócio-espacial. Edição do Autor, 2011.

WISSENBACH, M. C. Práticas religiosas, errância e vida cotidiana no Brasil (finais do século XIX e inícios do XX). Editora Intermeios, 2018.

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

SARA BRASIL. Mappa Topographico do Município de São Paulo. São Paulo.1930. Guarda no Arquivo do Estado de São Paulo, núcleo Cartográfico.

WEBSITES

Banco de Dados do Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol. Disponível em: Acessado em: 01-05-2019.

